

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [149ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.3- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO .](#)
 - 4.1- [Plenário](#)
 - 4.2- [Comissão](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 7- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1996

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - **ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Jairo Ataíde - José Bonifácio - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Miguel Martini - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia:(- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 149ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1996

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA):
Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.009/96; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 999/96; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/96; aprovação na forma do vencido em 1º turno - **ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio

Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.009/96, do Governador do Estado, que acresce o limite fixado para o Poder Executivo realizar operações de crédito. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.009/96. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos, para que a Comissão de Fiscalização Financeira termine o parecer sobre o Projeto de Lei nº 999/96. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura dos Trabalhos

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 999/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer critérios e fórmulas para a extinção de obrigações creditícias para com a Fiat Automóveis S.A. e a Fiat S.p.A. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 999/96 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lima Duarte imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 900/96 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas do dia vinte e um de agosto de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Hely Tarquínio, Antônio Roberto e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é apreciar a matéria da pauta. Passa-se à 2ª Parte da reunião. O Deputado João Leite transfere a Presidência para o Deputado Antônio Roberto e apresenta requerimento em que pede sejam solicitados ao Juiz Maurício Pinto Coelho esclarecimentos detalhados sobre as razões da interdição do Centro de Integração do Adolescente Monsenhor Messias - CIA -, em Sete Lagoas. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Leite passa a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, que emite parecer sobre o Ofício nº G.MLP091/96, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o qual dispõe sobre o desaparecimento do menor Sérgio Leonardo Gonzaga Cardoso. Por seu parecer, o Deputado Marcelo Gonçalves conclui que a Comissão deve requerer, por intermédio da Presidência desta Casa, providências ao Ministro da Justiça com vistas à apuração do caso em questão. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Marcelo Gonçalves emite parecer, também, sobre o Ofício nº CI.013/SNMP/96, da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, o qual dispõe sobre a Aldeia Jarará, no Mato Grosso do Sul. O relator conclui por que a Comissão requeira, por intermédio da Presidência desta Casa, providências ao Ministro da Justiça com vistas à solução do caso em questão. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1996.

João Leite, Presidente - Antônio Roberto - Hely Tarquínio - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas do dia seis de novembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Marcelo Gonçalves e Paulo Schettino (substituindo este ao Deputado Hely Tarquínio, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Registra-se ainda a presença dos Deputados Péricles Ferreira e Dimas Rodrigues. A seguir, o Presidente procede à leitura de ofício da Comissão de Amigos da Vila Itaú, publicado na edição do "Diário do Legislativo" de 7/11/96. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Marcelo Gonçalves e apresenta dois requerimentos. No primeiro, solicita seja realizada audiência pública desta Comissão, com a participação das autoridades relacionadas em lista anexa e com a finalidade de discutir o conflito na Fazenda Rancharia, no Município de Arinos, bem como estabelecer compromissos entre as partes para a solução dos problemas daquela comunidade; no segundo, solicita sejam convidados o Presidente da COPASA-MG, o Diretor-Geral do DEOP, o Prefeito Municipal de Contagem, o Presidente da Comissão de Amigos da Vila Itaú e um representante da Comissão de Direitos Humanos de Contagem para participarem de reunião conjunta desta Comissão com a de Meio Ambiente, com a finalidade de debater os problemas que vêm ocorrendo naquela vila. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado João Leite reassume a Presidência e lê requerimento da Deputada Elbe Brandão, no qual solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com as de Administração Pública e de Defesa do Consumidor, com a participação das autoridades relacionadas em lista anexa e com a finalidade de estudar a possibilidade de se efetivar um consórcio para a manutenção do trem de passageiros nas cidades de Monte Azul, Montes Claros, Janaúba, Capitão Enéias, Catuti, Porteirinha, Pai Pedro, Mato Verde e Espinosa. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Presidente lê instrução técnica que dispõe sobre o não-recebimento de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, relativo a irregularidades na Federação Aquática Mineira, e determina à assessoria que dê ciência a esse Deputado da decisão da Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1996.

João Leite, Presidente - Hely Tarquínio - José Braga.

ATA DA 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Às dez horas e quinze minutos do dia seis de novembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Ronaldo Vasconcellos e Antônio Roberto, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Raul Lima Neto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião destina-se a debater a proposta de gradeamento das bocas-de-lobo nos municípios de Minas Gerais. A seguir, o Presidente faz a leitura da seguinte correspondência: ofícios do Instituto Manoel Novaes - IMAN - (publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/11/96); da Associação Regional de Defesa Ambiental de Conselheiro Lafaiete - ARDAL -, manifestando total apoio ao futuro convênio entre as concessionárias de energia elétrica e órgãos ambientais, proposto pela AMDA, em defesa da preservação do meio ambiente e da manutenção da qualidade ambiental do Estado; dos representantes da Comissão de Amigos da Vila Itaú, do Centro de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte, da Paróquia de N. Sra. Aparecida do Bairro Camargos e da Comissão de Direitos Humanos de Contagem, solicitando uma audiência pública desta Comissão com a finalidade de se debaterem os problemas ocorridos na Vila Itaú, em decorrência da construção das obras de canalização do córrego para a manutenção das enchentes realizadas pela Múltipla Engenharia Ltda.; "fax" da Associação Pró-Cultura de Ipatinga - APROC -, comunicando que, no dia 16/11/96, a Câmara de Bacias Hidrográficas aprovou a proposta de obrigatoriedade do gradeamento de todas as aberturas de bocas-de-lobo em Minas Gerais; "fax" do Departamento de Recursos Hídricos do Estado, assinado pelo Sr. Sebastião Virgílio de Almeida Figueiredo, justificando sua ausência a esta reunião; e ofício do Deputado Paulo Piau, dando conhecimento a esta Comissão de correspondência recebida da PALBER (Organização Pacífica e Ecológica) de Ponte Nova, manifestando sua preocupação com o acelerado estágio de degradação das matas no Estado, em particular, no vale do Piranga. Encerrada a 1ª Parte da reunião, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Ronaldo Vasconcellos e apresenta requerimento em que solicita audiência pública desta Comissão, juntamente com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, para se ouvirem os envolvidos e os interessados nas obras do PROSAM que estão sendo realizadas na Vila Itaú, no Município de Contagem. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Ronaldo Vasconcellos retorna a Presidência ao Deputado Ivo José. Em seguida, o Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Joaquim Martins Filho, assessor jurídico da FEAM, representante do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Carlos Carvalho; José Cláudio Junqueira Ribeiro, Diretor de Controle Ambiental da FEAM. Registra-se a presença dos demais convidados: Sra. Ana Lúcia Baía Lopes, técnica do Comitê de Normas Técnicas e Administrativas da FEAM; e Srs. Ricardo Carneiro, assessor jurídico do citado Comitê; Josué Seroa, coordenador técnico da EMATER; André Luiz Tenuta, Diretor-Administrativo da Associação Pró-Cultura de Ipatinga; Cláudio Moreira da Silva e Orlando Vignoli Filho, respectivamente, Vice-Presidente e Diretor da ABES, e o Prof. David Márcio Rodrigues, Diretor de Proteção da Biodiversidade do IEF. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem a esses convites, faz suas colocações iniciais sobre o tema e, a seguir, passa a palavra ao Sr. André Luiz Tenuta, que discorre sobre a proposta de criação de uma lei que obrigue os municípios mineiros a gradear as bocas-de-lobo, na tentativa de se impedir que o lixo atinja os cursos de água. Após a exposição, que é enriquecida com fotos e transparências, a Presidência abre a fase de debates, da qual participam todos os convidados e Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada essa fase, o Presidente faz suas considerações finais, ressaltando a importância do tema debatido e propondo sejam analisados, junto com a assessoria técnica da Casa, os aspectos legais do assunto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1996.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Roberto.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas do dia treze de novembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Hely Tarquínio, Antônio Roberto e José Braga, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece que a finalidade da reunião é apreciar a matéria da pauta. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. A seguir, a Presidência procede à leitura de requerimento da Deputada Maria José Haueisen, em que solicita sejam convidados os Srs. José Carlos Nunes Marreco,

Presidente do Consórcio de Acionistas da Ferrovia Centro-Atlântica, e Pedro Antônio da Gama Catarino, integrante da Comissão de Defesa da Linha Mineira da Rede Ferroviária Federal, para participarem da reunião conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor, de Administração Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais a ser realizada no próximo dia 27, com a finalidade de se debater a desativação de trechos ferroviários no Estado, bem como a consequência desse ato para a população. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado José Braga e apresenta requerimento em que solicita sejam encaminhados ofícios às pessoas relacionadas em lista anexa, pedindo que sejam tomadas providências visando à apuração e à punição dos responsáveis pelo assassinato do Sr. Francisco Gilson Nogueira de Carvalho, advogado do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado João Leite apresenta requerimento em que solicita seja formulada moção de solidariedade à diretoria do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal pelo assassinato do Sr. Francisco Gilson Nogueira de Carvalho, membro dessa entidade. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Leite agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1996.

João Leite, Presidente - Antônio Roberto - Hely Tarquínio.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 26/11/96

Em 1º turno: Projetos de Lei n°s 345/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 412/95, da Deputada Maria Olívia, na forma do Substitutivo n° 1; e 630/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 27/11/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento n° 1.451/96, do Deputado Geraldo Rezende, em que pede informações à Secretária da Educação sobre as providências tomadas por essa Pasta a fim de erradicar o analfabetismo no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento n° 1.455/96, do Deputado Miguel Martini, em que pede informações ao DER-MG sobre as obras previstas no orçamento de 1996. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento n° 1.624/96, da Comissão de Saúde e Ação Social, em que pede ao Presidente da FHEMIG informações sobre o quadro funcional daquela entidade, bem como sobre o número e a situação dos servidores da Secretaria da Saúde que prestam serviços à Fundação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 1.006/96, do Deputado Clêuber Carneiro, que dá nova redação ao art. 30 da Lei n° 11.020, de 8/1/93, que dispõe sobre as

terras públicas e devolutas estaduais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 215/95, do Deputado Toninho Zeitune, que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 532/95, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a divulgação, pelos órgãos oficiais de comunicação social, de informações sobre cuidados com a saúde e sobre os direitos e as garantias fundamentais do cidadão. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 785/96, do Deputado Marcelo Gonçalves, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com a Companhia Siderúrgica Pains. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/11/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 829/96, do Deputado Bonifácio Mourão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 925/96, do Deputado João Leite.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 957/96, do Deputado Francisco Ramalho.

ORDEM DO DIA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/11/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 514/95, do Deputado Carlos Pimenta, e 667/96, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 332/95, do Deputado Geraldo Rezende; 963/96, do Deputado Kemil Kumaira; 946 e 958/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 903/96, do Deputado Sebastião Costa, e 883/96, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 974/96, do Deputado José Maria Barros, e 980/96, do Deputado Marcelo Cecé.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 27/11/96, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20/95, do Deputado Gilmar Machado, que dispõe sobre a convocação de autoridade estadual pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e 23/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao § 2º do art. 69 da Constituição do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 629/95, do Deputado Gil Pereira, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado, e 1.006/96, do Deputado Clêuber Carneiro, que dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 11.020, de 8/1/93, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais e dá

outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nº 20/95 e 23/96 e do Projeto de Lei nº 1.006/96, constantes na primeira, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que suprime do art. 53 da Constituição do Estado o § 7º e seus incisos, e dos Projetos de Lei nºs 711/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação de relação de servidores cedidos a entidades de classe, e 873/96, do Deputado Geraldo Rezende, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de novembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Cléuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 27/11/96, às 14h15min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciarem os pareceres, para o 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.016/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e do Projeto de Lei nº 1.017/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Itabirito.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1996.

Geraldo Santana, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 957/96

Comissão de Administração Pública
Relatório

De autoria do Deputado Francisco Ramalho, o projeto de lei em tela visa dar a denominação de Rodovia Coronel Azarias José Lemos à rodovia que liga os Municípios de Passos e Fortaleza de Minas.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora a matéria a esta Comissão para ser objeto de deliberação conclusiva, nos termos do art. 104, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Coronel Azarias José Lemos deixou grandes marcas na história de Passos, não medindo esforços em prol do desenvolvimento da região. Intransigente na defesa da instrução pública, empenhou-se a fundo pela instalação, lá, de escola normal e ginásio. Homem de posses, cedeu empréstimo à Prefeitura para a construção de rodovias. Já como líder político e Vereador, participou ativamente de todas as questões de relevância para o referido município. Sempre discreto, aparecia pela força do trabalho que realizava.

Nada mais justo, portanto, que se denominar o referido próprio público com o nome dessa personalidade que concorreu para o progresso de Minas Gerais.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 957/96 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1996.

Elbe Brandão, relatora.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.008/96

Comissão de Defesa do Consumidor
Relatório

De autoria do Deputado Álvaro Antônio, o projeto de lei em tela visa declarar de

utilidade pública a Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contribuintes em Minas Gerais - ADUCON-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após a sua publicação, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 1º turno, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em questão objetiva difundir, supra-partidariamente e sem corporativismo, o direito dos cidadãos em questões atinentes às relações de compra e venda e ao Código de Defesa do Consumidor.

Atua preferencialmente junto aos órgãos públicos, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores, contribuintes e usuários de bens coletivos, com vistas a que sejam atendidos com eficiência e respeito.

Dessa forma, oportuno se faz o acolhimento desta proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.008/96 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Antônio Andrade, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.015/96

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Ivo José, o Projeto de Lei nº 1.015/96 visa a declarar de utilidade pública o Núcleo Espírita Luz e Esperança - NELE -, com sede no Município de Ipatinga.

Após sua publicação em 12/11/96, vem o projeto a esta Comissão para exame preliminar, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, V, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em apreço é dotada de personalidade jurídica, está em funcionamento há mais de dois anos e sua diretoria é formada de pessoas idôneas, não remuneradas pelos cargos que exercem na entidade.

Estão, portanto, preenchidos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 3.375, de 12/5/65, alterada pela Lei nº 12.240, de 5/7/96, que disciplina a declaração de utilidade pública.

Faz-se necessária a apresentação de emenda ao projeto, entretanto, para acrescentar sigla ao nome da entidade.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.015/96 com a Emenda nº 1, redigida a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Espírita Luz e Esperança - NELE -, com sede no Município de Ipatinga.".

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente - Anivaldo Coelho, relator - Ivair Nogueira - Simão Pedro Toledo - Hely Tarquínio.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 332/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Geraldo Rezende, o projeto de lei em análise tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Lar Espírita Maria Carlota - SOLAREMAC -, com sede no Município de Araguari.

A proposição foi aprovada no 1º turno com a Emenda nº 1, cabendo a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, na forma regimental.

Nos termos do art. 196, § 1º, do Regimento Interno, cumpre-nos elaborar a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A SOLAREMAC presta relevantes serviços à comunidade carente de Araguari nas áreas educacional, esportiva, de assistência espiritual e de proteção à saúde.

É oportuno esclarecer que a emenda aprovada visa tão-somente a aprimorar a redação do art. 1º sem, no entanto, alterar a sua substância.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 332/95 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Jorge Hannas, relator.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI N° 332/95

Declara de utilidade pública a Sociedade Lar Espírita Maria Carlota - SOLAREMAC -, com sede no Município de Araguari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Lar Espírita Maria Carlota - SOLAREMAC -, com sede no Município de Araguari.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER PARA O 2° TURNO DO PROJETO DE LEI

N° 842/96

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade denominada Orion Esporte Clube, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi aprovada no 1° turno na forma proposta e, nesta fase de tramitação, compete a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos regimentais.

Fundamentação

De acordo com o estatuto do Orion Esporte Clube, este foi constituído na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, cujas atividades objetivam o desenvolvimento da educação física em todas as suas modalidades, bem assim a promoção de reuniões de caráter esportivo, cívico, social e educativo.

Em razão dos relevantes serviços prestados pela entidade, reconhecemos, novamente, a sua utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 842/96 no 2° turno, como apresentado.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

João Leite, relator.

PARECER PARA O 2° TURNO DO PROJETO DE LEI

N° 925/96

Comissão de Administração Pública

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado João Leite, objetiva declarar de utilidade pública a Associação das Empresas do Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá, com sede no Município de Belo Horizonte.

Aprovado o projeto no 1° turno, com a Emenda n° 1, compete agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2° turno, nos termos regimentais.

Em anexo, por conseguinte, apresentamos a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

Reiterando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a pertinência de se declarar de utilidade pública a referida Associação, que promove a elevação do espírito comunitário entre os seus associados e funcionários com atividades sociais, culturais e recreativas.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 925/96 no 2° turno, na forma do vencido no 1° turno.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Carlos Murta, relator.

Redação do Vencido no 1° Turno

PROJETO DE LEI N° 925/96

Declara de utilidade pública a Associação das Empresas do Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Associação das Empresas do Distrito Industrial Sócio-Integrado do Jatobá, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER PARA O 2° TURNO DO PROJETO DE LEI

N° 932/96

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De iniciativa do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Fundação Abraham Kasinski, com sede no Município de Lavras.

Aprovado o projeto no 1° turno na forma proposta, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2° turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

Renovando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, entendemos ser pertinente declarar de utilidade pública a Fundação Abraham Kasinski, tendo em vista a relevância de seus trabalhos filantrópicos, técnico-científicos, culturais, esportivos e de proteção ambiental, desenvolvidos, desde a sua fundação, em prol dos moradores de Lavras.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 932/96 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Gilmar Machado, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 937/96

Comissão de Agropecuária e Política Rural
Relatório

De iniciativa do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e de Mulheres de Vargem Grande, com sede no Município de Presidente Olegário.

Aprovada a proposição no 1º turno, na forma proposta, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Renovando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, entendemos ser justa a pretensão de se declarar de utilidade pública a entidade mencionada, tendo em vista a relevância de seus trabalhos para o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias e para melhorar as condições de vida de seus associados.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 937/96 no 2º turno, como apresentado.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Olinto Godinho, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 946/96

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o Projeto de Lei nº 946/96 visa a declarar de utilidade pública o Conselho Central de Piuí da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Piuí.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A entidade em questão desenvolve atividades de grande alcance comunitário, tendo como principal objetivo a prática da caridade cristã por meio da assistência social.

Para atender a seus objetivos, fornece alimentação, vestuário e medicamentos, bem como amparo espiritual às famílias carentes.

Assim como fizemos no 1º turno, afirmamos que a instituição faz jus à declaração de utilidade pública, em virtude do meritório trabalho que vem realizando.

Conclusão

Pelas razões exaradas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 946/96 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Jorge Hannas, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 963/96

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

De autoria do Deputado Kemil Kumaira, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Município de Águas Formosas.

Aprovado o projeto no 1º turno, com a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Atendendo ao disposto no § 1º do art. 196 do Regimento Interno, elaboramos a redação do vencido, que segue em anexo e é parte deste parecer.

Fundamentação

Reiterando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a pertinência em se declarar de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, tendo em vista seus objetivos filantrópicos, pois presta serviços gratuitos na área médico-hospitalar a doentes destituídos de recursos financeiros.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 963/96 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1996.

Marco Régis, relator.

Redação do Vencido no 1º Turno
PROJETO DE LEI Nº 963/96

Declara de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Município de Águas Formosas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Município de Águas Formosas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

206ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 19/11/96

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, mais uma vez volto a ocupar esta tribuna para manifestar-me contra a privatização da Vale do Rio Doce, a verdadeira "galinha dos ovos de ouro" de Minas Gerais e de mais oito Estados do Brasil.

Conclamo os demais colegas e aqueles que me ouvem a fazer o mesmo, após analisarem de uma maneira profunda o que pode representar a perda do controle acionário daquela companhia para nós brasileiros e, principalmente, nós, mineiros.

Segundo notícias do "Estado de Minas" de hoje, fontes do Palácio do Planalto garantiram que o Presidente Fernando Henrique está tranqüilo com relação às críticas que Itamar tem feito contra a venda da Vale e contra a emenda da reeleição. A nota diz, ainda, que o ex-Presidente permanecerá como Embaixador na OEA enquanto desejar.

Devo informar que essa notícia não corresponde à realidade porque é falsa; é acintosa e ameaçadora. É falsa porque não é só o Presidente Itamar que está nessa luta. Ele aqui representa o povo que não pode falar; que não é ouvido e cujos protestos não ecoam. Com ele estão Aureliano Chaves, Paes de Andrade, José Dirceu, José Sarney, Darcy Ribeiro e Deputado Luís Gushiken (PT-SP), que conseguiu na justiça uma liminar contra a divulgação de dados da Vale pelo BNDES, menos deslumbrados do que ele, mas com os pés no chão.

Cometer atos contra a sociedade sem querer ouvi-la é acintoso, assim como é ameaçador lembrar que o ex-Presidente Itamar permanecerá como Embaixador enquanto desejar, significando que ele poderá perder o cargo, caso o todo-poderoso Presidente entender o contrário. O que todos nós sabemos é que isto pode acontecer, porque está acontecendo com relação à reeleição, quando, em sua posse, o mesmo Presidente jurou cumprir fielmente a Constituição brasileira, que é a nossa Carta Magna, e, inclusive, já está empenhado em mudá-la para permitir sua própria reeleição.

Itamar, seu fraternal amigo, não precisa desse lembrete, mas, também, não tem medo de cara feia, de ameaças. Um governo transitório não tem o direito de desfazer do patrimônio do povo brasileiro. Estamos em um País democrático em que deve prevalecer a vontade do povo. E ademais o valor da Vale não se mede pelo valor da ciranda financeira como foi dito outro dia.

Quero, nesta oportunidade, ler a íntegra do manifesto, sobre a privatização da Vale, publicado pelo "Estado de Minas" de hoje: (- Lê:)

"A Vale do Rio Doce e o interesse nacional.

O Presidente da República, sem ouvir a sociedade e sem consultar o parlamento, decidiu vender as ações ordinárias da Vale do Rio Doce, que asseguram o controle público sobre uma das mais importantes empresas nacionais, e das primeiras do mundo no setor de mineração.

A privatização de certas empresas controladas pelo Estado pode ser medida conveniente e justa, desde que atenda a necessidades claras e objetivas. O Estado não pode, nem deve, administrar organizações que ficam melhor sob o controle privado e que não tenham particular interesse estratégico. Este não é o caso da Vale.

Podemos definir a Vale - disse o Sr. Francisco Schettino, Presidente da Companhia, em depoimento à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados - como uma empresa que trabalha com recursos naturais e logísticos de transporte. Opera em nove

Estados, diretamente ou através de suas empresas controladas e 26 coligadas. Os negócios a que esse conglomerado se dedica são a exploração de minério de ferro, manganês, ouro, bauxita e caulim; operação dos sistemas interligados mina-ferrovia-porto, no Pará, no Maranhão, em Minas Gerais e no Espírito Santo; navegação transoceânica; atividades nas áreas de peletização, siderurgia, ferro-liga e alumínio; manejo de maciços florestais para produção de madeira, celulose e papel. Cada atividade complementa outra, garantindo a sinergia entre os negócios do grupo. Para construir esse sistema, a Vale vem firmando parcerias com investidores brasileiros, japoneses, italianos, espanhóis, franceses, sul-africanos e argentinos. A Vale é uma empresa de capital aberto, consagrada no mercado por sua transparência: 51% das suas ações pertencem à União, e 49% já estão nas mãos de acionistas privados.

A Vale custou aos brasileiros mais do que os investimentos financeiros. Ela foi criada pelos Acordos de Washington, que estabeleceram a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, como o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália e o tributo de sangue de nossa gente naquele conflito. Conforme esses convênios, assinados entre o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos, o nosso País reassumiu, há mais de meio século, o pleno controle sobre as jazidas minerais de Itabira - que era contestado pela Itabira Iron - e iniciou a construção da grande empresa de economia mista.

Não há argumento que justifique a transferência de seu controle acionário, conforme confessa o próprio Presidente do BNDES, ao anunciar o propósito de aliená-la: 'É uma usina integrada, líder no mercado brasileiro. É competitiva no mercado internacional. Não dá prejuízo. Tem um nível de atividade excelente - é moderna e atualizada tecnologicamente'.

A Vale do Rio Doce é conquista política e técnica dos brasileiros. Seu patrimônio maior são suas jazidas que não podem, dentro dos recursos técnicos de medição de hoje, ser avaliadas com exatidão, a par da inteligência operacional construída pelos seus engenheiros e administradores.

A Vale do Rio Doce conquistou a posição que tem no mundo, sem quaisquer privilégios, como os do monopólio, de subsídios ou de isenções fiscais. A empresa tem sido também, ao longo de sua existência, e pelo fato de controlar o Estado, importante agência do desenvolvimento econômico, social e cultural nas regiões em que atua. Além dos dividendos que distribui a seus acionistas, e dos reinvestimentos que realiza, a Vale emprega grande parte de seus lucros na promoção da saúde, da educação, da cultura e das atividades produtivas em vastas áreas do País. Segundo a avaliação disponível, pretendem transferir o controle acionário da empresa por menos de 10 bilhões de dólares. Isso é muito menos do que valem as suas instalações portuárias e suas duas grandes ferrovias.

Não procede o argumento de que a privatização da Vale é necessária para resolver o problema do Tesouro."

Quero abrir um parêntese para dizer que privatizar a Vale é uma demonstração de grande incompetência de todos nós, brasileiros. Não podemos aceitar isso em hipótese alguma. Isso é uma farsa muito grande. Sabemos quais são esses problemas com os Bancos: nosso Governo empregou US\$30.000.000.000,00. Não podemos aceitar e não admitimos que isso aconteça. (-Lê:)

"Por tudo isso, os cidadãos que assinam este documento, conscientes de sua responsabilidade política na defesa do interesse do povo brasileiro, convocam a sociedade a fim de que manifeste sua firme oposição à transferência do controle acionário da Vale do Rio Doce a grupos privados.

Dirigem-se sobretudo aos Senadores e Deputados Federais, representantes da vontade nacional, a fim de que, no exercício de seus deveres constitucionais, que são os de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, impeçam o imenso prejuízo econômico e o irreparável erro político que seria a privatização do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce.

Brasília, 11 de novembro de 1996.

N. da R: O manifesto é assinado pelo ex-Presidente Itamar Franco; o ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves; o Presidente do PMDB, Paes de Andrade; o ex-Embaixador José Aparecido; os Deputados Paulo Delgado (PT/MG) e Sérgio Miranda (PC do B/MG)."

É isso que eu peço aos nossos companheiros e a todos aqueles que nos ouvem. Vamos formar, realmente, uma corrente forte. É um crime isso a que estamos assistindo. Futuramente, teremos vergonha de assistir ao que estamos assistindo. Nós, homens públicos, somos responsáveis e temos que tomar uma posição. Não podemos ver a Vale, que tanto ajuda a comunidade em que trabalha, ser privatizada assim. Será uma perda irreparável. Temos compromisso para com aqueles que vierem depois de nós.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, 19 de novembro, temos, no início da nossa fala, o dever de reverenciar um dos símbolos de nossa pátria: a bandeira nacional. No dia 19/11/1889, quatro dias após a proclamação da república, por força do pensamento dos republicanos, aquela bandeira mimética inicial

da república, uma cópia da bandeira norte-americana, listrada, no nosso caso, de verde e amarelo, era substituída por uma bandeira mais autêntica, que representava, inicialmente, o Império, de 1822 a 1889. Nela, o símbolo da coroa portuguesa foi substituído pela circunferência central com as estrelas que representam os Estados brasileiros.

Nada melhor do que, no dia da bandeira, nós, desta tribuna, seguirmos os passos do nosso colega do PMDB, o Deputado Antônio Roberto, que, com seu patriotismo, seu entusiasmo, sua autenticidade, veio aqui iniciar, hoje, a defesa de um patrimônio brasileiro: a Companhia Vale do Rio Doce. Tenho a certeza de que, a partir de hoje, por esta tribuna, desfilarão inúmeros Deputados desta Assembléia Legislativa que não se curvarão ante a prepotência do Governo Federal, que vive a governar por meio de medidas provisórias, desrespeitando o Congresso Nacional. São medidas provisórias que vêm não só do Governo FHC, mas também do famigerado Governo Collor e, por que não dizer, do Governo Itamar. Não podemos permitir que o regime presidencialista atual seja, até certo ponto, imperial e imponha sua vontade através de medidas provisórias, desacatando, desrespeitando o parlamento brasileiro. Esse Governo, que legisla ferozmente por meio de medidas provisórias, toma iniciativas sem ouvir o povo brasileiro. Na verdade, não foi debatida na campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso a privatização de um dos patrimônios desta Nação: a Vale do Rio Doce. Podemos dizer que o Brasil se levanta, e se levantou na semana passada, a partir de Minas Gerais, quando, em uma solenidade na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, conseguimos iniciar esse movimento libertário, por que assim não dizer, que é, realmente, um movimento que visa a defender este patrimônio: a Vale do Rio Doce. Quando o Deputado Antônio Roberto iniciou, nesta tarde, mais uma fala, depois do brilhante discurso, na semana passada, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que fez um histórico da Vale do Rio Doce, da sua implantação, de sua luta, tivemos a certeza de que, por este microfone da Assembléia, desfilarão inúmeros Deputados, inúmeras vozes, para se oporem a essa medida entreguista que se vislumbra em nossa política atual. Queremos dizer que o movimento nascido na Câmara de Vereadores, na semana passada, em Belo Horizonte, pela primeira vez, uniu setores da Igreja Católica, com a presença do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, setores políticos, pois lá estava, com sua brilhante presença, o ex-Vice-Presidente da República e ex-Governador de Minas, Aureliano Chaves de Mendonça; lá estava o Vereador nacionalista Celso Brant; lá estavam Deputados Estaduais de Minas Gerais e Deputados Federais deste País; lá estavam setores de nossas Forças Armadas, representadas, principalmente, pelo Brigadeiro Ivan Frota, que participou do Governo Itamar Franco. Temos a certeza de que, com o movimento nascido na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na semana passada, secundado por um movimento parlamentar nascido nesta tribuna com o discurso do brilhante Deputado Alberto Pinto Coelho, do PPS, está nascendo um movimento suprapartidário, supra-religioso, um movimento que eu não diria supra-ideológico, porque está em jogo uma ideologia chamada nacionalismo.

No momento em que o mundo realmente perde suas fronteiras e é chamado de aldeia global; no momento em que as comunicações instantâneas transformam o mundo num pedaço sem fronteiras, paradoxalmente, assistimos a movimentos étnicos, defendendo suas fronteiras, defendendo suas raças, como no episódio do desmembramento da Iugoslávia, no desmembramento da União Soviética e de alguns outros países do Leste Europeu, movimentos que resultaram na formação de novos países, de novas fronteiras. Realmente, caem as fronteiras deste mundo que caminha a largos passos no cientificismo e na tecnologia, mas devem ser preservadas sim, certas fronteiras, como as fronteiras da dignidade, porque, se caiu a barreira entre o Oriente e o Ocidente, entre União Soviética e Estados Unidos, dessa bipolaridade mundial cresceu uma muito maior, que é a barreira do Norte contra o Sul, que já não é mais uma barreira, mas é um fosso absurdo entre os países ricos e os pobres. A defesa de certas propriedades, como a Vale do Rio Doce, neste País, é a defesa da dignidade nacional, porque a Vale do Rio Doce ainda vai representar, para este País empobrecido que é o Brasil, um trunfo em negociações internacionais. A Vale do Rio Doce é um trunfo na mão deste País, e não podemos dispor desse trunfo, porque, argumento maior, escutamos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na semana passada: para dispor da Vale do Rio Doce, com o déficit público imperando no Brasil, precisaríamos vender quase que uma Vale do Rio Doce por mês. Então, vejam, Sras. e Srs. Deputados, vender a Vale do Rio Doce não vai resolver o problema da dívida interna, nem da dívida externa deste País. Vender a Vale do Rio Doce é, realmente, diminuir o nosso patrimônio, diminuir a soberania da República Federativa do Brasil, República federativa que, felizmente, mudou seu antigo nome de Estados Unidos do Brasil, como no dia 19/11/1889 os republicanos mudaram aquela medíocre bandeira, cópia da bandeira norte-americana, para a atual bandeira brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, temos a certeza de que, a partir de agora, a este movimento de protesto que apóia a "Tribuna da Imprensa", jornal guardião da liberdade e da independência deste País; jornal de tradições históricas; jornal que representava,

outrora, a União Democrática Nacional - UDN -, o lacerdismo, que lutou contra a ditadura Vargas, que, realmente, lutou contra a política de outrora; jornal renascido para a liberdade durante os Governos militares, com a assunção, por Hélio Fernandes, da sua direção; Hélio Fernandes, que defendeu a luta pelo restabelecimento da democracia; a Hélio Fernandes, que, há muito tempo, vem se opondo, publicando e discutindo a privatização da Vale do Rio Doce somam-se outros jornais deste País, jornais importantes, baluartes da imprensa e da democracia, formadores da opinião, que, tenho certeza, se juntarão a setores da Igreja Católica, das Igrejas Evangélicas, das Forças Armadas, da política, do empresariado, dos empregados da Vale do Rio Doce. Esse movimento, nascido, como não poderia deixar de ser, em Belo Horizonte, na semana passada, na Câmara Municipal, vai se alastrar por este País e não vai se limitar a publicações de jornais, não vai se limitar a verborragias nossas neste microfone, mas vai ganhar as ruas. Com o apoio dos estudantes, dos militares, dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro, vamos reviver a campanha das Diretas Já, vamos reviver a luta libertária dos Inconfidentes, vamos reviver movimentos que tornaram o Brasil um país de população lutadora, que se opõe a desmandos e a opressões. Temos certeza de que esse movimento, ganhando as ruas, vai fazer retroceder aqueles que querem vender este País. Temos certeza, também, de que, com o povo pressionando, vamos ganhar essa parada, e o Governo Fernando Henrique vai ter que recuar na sua disposição de entregar, para grandes grupos internacionais, sejam canadenses, coreanos, americanos, ingleses ou sul-africanos, um pedaço da nossa soberania, que é a Vale do Rio Doce.

Temos certeza de que o Governo haverá de recuar diante da pressão popular, porque ela é a vanguarda da defesa deste País, seguindo as lutas libertárias do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, cuja trineta, D. Jacira Braga de Oliveira, estava na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no início desta caminhada de defesa da soberania deste País que representa a manutenção da Vale do Rio Doce como patrimônio do Governo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, senhores membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, antes de fazer o pronunciamento ao qual me propus, quero parabenizar nossa Deputada Elbe Brandão por seu projeto de retorno ao espírito cívico, de reverência às bandeiras, à bandeira de nosso País, à bandeira do Estado, às bandeiras dos municípios, projeto sancionado pelo nosso Governador Eduardo Azeredo. Parabéns, Deputada Elbe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me faz subir, nesta tarde, a esta tribuna é o desejo de que as minhas palavras possam ser ouvidas por nosso povo do Estado de Minas Gerais, por nosso povo brasileiro e, queira Deus, por nosso Presidente da República e por aqueles que o colocaram ali como nossa principal autoridade.

Tivemos, no dia 15 de novembro, o 2º turno das eleições municipais. O PSDB sofreu uma derrota esmagadora em todas as principais capitais do nosso País. A que se deve esse fato? Por que isso aconteceu de forma tão convincente? Conhecemos bem o candidato Amílcar Martins, conhecemos sua lisura, sua probidade, sua competência, seu alto espírito cívico. Por que a população do nosso País respondeu, de forma tão maciça, contrariamente aos candidatos do PSDB? Não se trata, evidentemente, de repulsa pessoal aos candidatos. Sem dúvida, é uma resposta da população ao Presidente da República, da rejeição que está acontecendo por parte de quase todos os brasileiros e, principalmente, deste menor de todos mas que também votou no Presidente Fernando Henrique Cardoso e que sente uma tristeza muito grande pelas atitudes dele, tristeza que vem desde antes das eleições de 3 de outubro e 15 de novembro. Por qual razão, Srs. Deputados, acontece essa rejeição?

Prestem atenção. O povo não está cego, o povo está percebendo. Evidentemente, o aplauso que é requerido por todos aqueles que defendem o Presidente por causa do Plano Real não deve ser contido. Aplaudimos o Presidente pelo Plano Real. Entretanto, digo: o Plano Real já devia ter vindo muito antes, devia ter sido editado no início de sua gestão à frente do Ministério da Economia. Quando o Ministro Fernando Henrique Cardoso aqui esteve, eu era titular da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal e disse-lhe: Sr. Ministro, todos nós sabemos, pelos exemplos da História, que atrelar nossa moeda a uma moeda forte, indexá-la ao dólar, ou a dolarização da economia, é a única saída para se conter a inflação, porque assim aconteceu na Argentina e em outros países que tiveram experiências positivas. Ele sabia disso muito mais que eu, mas esperou o momento próprio, o momento eleitoral, para não dizer eleitoreiro, para então lançar o Plano Real, que devia ter vindo há muito tempo.

Entretanto, não nos passam despercebidas as atitudes do Presidente, que muito têm entristecido o povo brasileiro e contribuído para o retrocesso da nossa economia e de nosso crescimento. Vejam bem o compromisso com as montadoras. O Presidente subiu as alíquotas das importações, alegando que se compravam muito mais veículos importados do que nacionais, que saía mais dinheiro do que entrava. E, para conter ou contrabalançar isso que estava acontecendo, ele subiu as alíquotas, quando devia,

como bom político, fazer de forma diferente: abaixar os juros das empresas nacionais e atrair para cá outras empresas para competirem no mercado e, dessa forma, evidentemente, o povo brasileiro sairia ganhando.

Está tramitando nesta Casa hoje um projeto de lei da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo e dá outras providências. Vimos, recentemente, pela televisão, uma exposição sobre o turismo nacional: para US\$1.000.000,00 que entram por meio do turismo nacional, saem US\$5.000.000,00. Ou seja, o brasileiro está gastando muito mais lá fora do que os estrangeiros estão gastando aqui. Foi entrevistado um americano nas praias do Recife, sobre o que ele achava das praias brasileiras e das nossas atrações turísticas. Tanto ele quanto outros que foram entrevistados disseram que aqui tudo é muito caro, os hotéis são muito caros, os restaurantes são muito caros, o aluguel dos carros é caríssimo. Evidentemente, essa é a razão pela qual o turista não é atraído para cá.

Qual é a medida que o Presidente quer tomar? Vocês sabem qual é? Voltar aquela taxa, ou sobretaxa, para todo brasileiro que quiser viajar, quando ele deverá depositar uma quantia em banco de modo que isso o desestimule a gastar lá fora, a viajar para outros países, e o faça fazer turismo aqui, dentro do País. Mas o que ele deveria fazer, como político sério, não é isso. O que ele deveria fazer era implementar, fomentar a indústria do turismo, procurando baratear os preços, diminuir os impostos das pequenas empresas. Assim, atrairia para cá os turistas, por causa dos preços competitivos. Também deveria incentivar a criação de hotéis em pontos turísticos.

Temos, em nosso País, as mais belas paisagens do mundo, cujo potencial turístico não é explorado. É necessário melhorar as estradas para permitir que se faça turismo. E, por falar em estradas, Srs. Deputados, elas estão totalmente abandonadas. Recentemente, fiz uma viagem de Montes Claros a Pirapora e nunca vi tanta cratera; é o abandono total, o País está totalmente abandonado, as estradas estão com sua restauração literalmente parada, e as medidas que o Governo Federal toma são quase sempre para proteger pequenos grupos, pequenos interesses, sem nenhuma reflexão política em benefício do povo.

Relacionei, aqui, alguma coisa sobre a educação. Ontem tivemos uma reunião especial em que se discutiu a iniciativa do Governo Federal em privatizar as universidades federais. Que absurdo!

Todos sabem que sou a favor da privatização. Abro apenas um parêntese para dizer que a Vale do Rio Doce é uma estatal que dá lucro, que apresenta superavit, e vai continuar dando se for privatizada. O que o Governo tem de fazer é fiscalizar essas grandes empresas e, evidentemente, reconhecer que o subsolo é do povo, e cobrar, como acontece em outros países. Ou seja, 80% do extraído do subsolo é para o povo. O Governo também deveria abrir as portas a qualquer empresa que quiser, por 20% de comissão, explorar o minério e o que quiser no nosso País, desde que recolha 80% para o povo.

A Vale não faz isso e, talvez, até por ser uma estatal, tem direcionado a mente de nossos governantes para não cobrarem, como se deveria fazer, de outras empresas, como no caso a MBR, sendo que Nova Lima e tantas outras cidades citadas deveriam contribuir expressivamente para os cofres nacionais.

Mas, vejam bem, privatizar as universidades federais é um absurdo! Se ainda há distribuição de renda para o povo, isso é feito por meio das universidades federais; só que de um modo errado, porque o vestibular, sem dúvida, seleciona e elimina totalmente aqueles que precisam cursar as universidades federais, já que são os mais pobres e não podem pagar cursinho.

Em qualquer país do Primeiro Mundo - e eu cito a América, porque lá estive durante algum tempo e fui conferencista, estudei o povo e a economia americana -, colégios de 1º e 2º graus são gratuitos e as universidades são pagas. Mas todos têm condições de pagar as universidades.

No Brasil, cobra-se uma fábula nos colégios de 1º e 2º graus. Os colégios da rede pública não podem atender à demanda. Por isso, há dificuldades para os que precisam estudar, e, assim, este País soma grande parcela de analfabetos com outros mal instruídos, que não têm incentivo nem como estudar. Mas, se estudam, se trabalham, se labutam, se o pai se esforça e o filho passa pelo 1º e 2º graus, num colégio da rede pública, ele jamais terá condição de entrar em uma universidade federal.

O que o Governo deve fazer é dar-lhes condições de cursar a Universidade Federal. Por que, em vez de vestibular, não se faz um sorteio e se incentivem as universidades particulares? Mas jamais se deveria pensar em acabar com a única possibilidade que o pobre ou que a classe média têm de estudar, num esforço sobre-humano, competindo com aqueles que estudam em grandes colégios, que fazem cursinhos, e sendo aprovados numa universidade que não cobra mensalidade. Para o povo brasileiro, isso é totalmente impossível ou inacessível: as mensalidades da PUC, aqui, e as da Objetivo, em São Paulo, que estão em torno de R\$800,00 por mês, para um curso de 3º grau.

Na verdade, alegar que o País não tem dinheiro é um absurdo. O povo está vendo isso, Sr. Presidente, e já deu a resposta. O nosso Presidente gastou mais de

US\$30.000.000.000,00 para salvar banqueiros. Alega-se que o dinheiro vem do PROER, mas quem canaliza o dinheiro para o PROER é o próprio Presidente. Como já dizia a nossa companheira Maria José Haueisen, foram 12 medidas provisórias que não passaram pelo Congresso, nas quais esse homem investiu mais de US\$30.000.000.000,00 para salvar banqueiros, que, em qualquer país sério, estariam na cadeia. Se se investisse pelo menos um terço desse gasto na educação, na saúde, no turismo ou na pavimentação de estradas, teríamos um país com progresso de Primeiro Mundo. Sabe o que significam US\$30.000.000.000,00? Durante o chamado período da ditadura, aqueles 30 anos, os militares foram - e são até hoje - condenados pela população, porque gastaram com usinas nucleares a cifra de US\$10.000.000.000,00, que geraram essa dívida monstruosa que aí está. O nosso Presidente gastou, sem prestar contas ao povo, mais de US\$30.000.000.000,00, e não em obras, mas para salvar banqueiros desonestos. E o povo está vendo isso. Essa é a resposta. O povo não está cego.

Falo isso não como crítica destrutiva, mas desejando, ardentemente, chamar a atenção de V. Exas. e do nosso Presidente para que ele se converta de seu mau caminho. Converter-se é dar meia-volta e mudar de atitude, porque o povo quer mais do que sorriso nos lábios: quer ação e sorriso nos lábios do povo. Sorriso de aplauso por atitudes sérias, por atitudes que devem ser tomadas em benefício da vocação soberana dada por Deus ao homem, que é a vocação de ser um político comprometido com o povo e não com pequenos interesses, e não com aquilo que ilude o povo, com a ilusão de palavras, com a ilusão de demagogias, com a ilusão de afirmativas que não correspondem à realidade que o povo está vendo aí. E, por isso, essa rejeição.

Basta! É chegado o momento de uma reflexão séria, porque todos nós somos brasileiros e, assim como o nosso Presidente, nós, os Deputados, queremos o bem-estar do nosso povo. Mas, para que isso aconteça, a primeira condição é a humildade de reconhecer o nosso erro e mudar, porque ainda está em tempo. São as minhas palavras. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, imprensa, queremos nos solidarizar com os nossos antecessores aqui na tribuna, os Deputados Antônio Roberto e Marco Régis, que, brilhantemente, fizeram um manifesto contra a privatização da Vale, e também parabenizar a iniciativa do Deputado Alberto Pinto Coelho, que está colhendo assinaturas e vai desencadear o processo, aqui na Assembléia, contra essa privatização. Anteriormente, tínhamos feito um requerimento de repúdio à privatização da Vale, que ainda não foi submetido a votação.

Também queremos parabenizar o Deputado Raul Lima Neto, com exceção da sua posição sectária em favor da privatização, da mesma forma como foi infeliz em apoiar Amílcar Martins, mas esse é um direito seu.

Referente às críticas que ele fez a Célio de Castro, a resposta aí está. Entretanto, só para corroborar essa questão da Vale, da qual não trataremos hoje, quero lembrar que, dia 21, quinta-feira, às 17 horas, haverá um ato público aqui, na Assembléia Legislativa, em defesa da Cia. Vale do Rio Doce. Estarão presentes o Senador José Eduardo Dutra, a Senadora Júnia Marise, Dom Luciano Mendes de Almeida e o Sr. João César de Freitas Pinheiro, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral e também do Sindicato dos Geólogos, que fará o lançamento do livro "Cia. Vale do Rio Doce - Engasgo dos Neoliberais." Gostaríamos de contar, também, com a presença do ilustre ex-Presidente da República e atual Embaixador Dr. Itamar Franco e do Dr. Aureliano Chaves, ex-Governador do Estado e ex-Vice-Presidente da República. Estamos formalizando um requerimento para que esta Casa, em caráter oficial, faça o convite ao Dr. Itamar Franco, a fim de que nos prestigie no dia 21.

Apresentamos, também, um requerimento para que seja aprovado um voto de congratulações desta Casa com a recém-eleita direção do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - SINDIPOL -, pela brilhante vitória alcançada no último sufrágio para eleição de sua diretoria. O SINDIPOL é um sindicato que tem lutado contra adversidades, contra incompreensões por parte de alguns setores e hoje, felizmente, mostra sua garra, sua vitória. Gostaria de cumprimentar toda a diretoria do SINDIPOL, na pessoa do Sr. José Magela.

Farei um breve comentário - embora se trate de assunto que já pertence a um passado recente - sobre a vitória de Célio de Castro. É fundamental falarmos sobre o que representou essa eleição, ocorrida no último dia 15, em Belo Horizonte, que reafirmou, para todo o País, o forte sentimento democrático e progressista enraizado na população belo-horizontina, o que foi demonstrado através dos mais de 70% de sua votação, não só em Célio de Castro, mas nos candidatos do 1º turno.

A eleição do atual Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, representa a continuidade do trabalho sério, transparente e participativo executado nos últimos quatro anos pelo Prefeito Patrus Ananias e sua equipe, o que, certamente, garantirá sua saída como sendo o melhor Prefeito da história de Belo Horizonte.

Célio de Castro obteve 809.992 votos, representando 68,57% dos votos. Amílcar

Martins obteve 148.781 votos, representando 21,06% dos votos. A diferença entre os candidatos foi da ordem de 561.211 votos, ou seja, 47,51%, o que representou a maior diferença obtida em uma disputa eleitoral pela Prefeitura de Belo Horizonte e nas demais capitais do Brasil.

A população de Belo Horizonte respondeu maciçamente por meio das urnas, dando mostras de sua insatisfação com a atual política nacional e estadual, que tem acarretado desemprego e ausência de respostas à crise social, com os mesmos métodos políticos de barganha e fisiologismo dos partidos tradicionais. Partidos jovens, com métodos e políticos ultrapassados.

A população de Belo Horizonte disse um não ao neoliberalismo, a uma forma mesquinha de achar natural a miséria de uma ampla maioria da população. Optou pelo voto progressista e no campo da esquerda.

Foi também uma vitória moral a vitória do Vice-Prefeito de Belo Horizonte. Foi a resposta de uma população cidadã às tentativas desesperadas de um grupo político que não consegue enganar a todos o tempo todo. A cada dia que passa, a falsa idéia de modernidade neoliberal se desmorona, as calúnias e mentiras usadas em campanhas eleitorais viram bumerangue contra os que as atiram.

Queremos parabenizar o Prefeito eleito e a população de Belo Horizonte, que dará prosseguimento à forma participativa de governo por meio da qual tem sido conduzido o destino municipal, a nossa bancada, o PT, que o apoiou da mesma forma que o PMDB e alguns outros parlamentares. Posso falar em nome do nosso partido, pois terei o prazer de ser seu líder a partir do próximo ano.

E aqui, com Célio de Castro, o que for possível para um bom entendimento nós faremos, porque é uma pessoa merecedora de todo elogio. Aquelas calúnias caíram no vazio, e a população, com maturidade, deu a resposta com a vitória esmagadora daquele que apresentou propostas concretas contra uma forma autoritária e deselegante de fazer política.

Parabéns, Célio de Castro e população de Belo Horizonte!

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, souu alvissareira a notícia de que a Fiat Automóveis vai investir US\$500.000.000,00 na construção de uma nova fábrica de motores em Minas.

Idêntica repercussão teve a informação de que a Peugeot vai se instalar em Minas. Relativamente a essa empresa, S. Exa., o Governador Eduardo Azeredo entregou-lhe um relatório de sugestões, elaborado pelo INDI-MG, indicando como opções cinco cidades mineiras. Não sabemos quais. Seus nomes foram omitidos para evitar emulações.

A grande e inequívoca predestinação de Minas no sentido da industrialização está desperta, e o processo, que antes se arrastava pela área do sonho, está finalmente em plena via de concretização.

Nos sentimos orgulhosos disso, há sobejas razões, mas temos de usar, obviamente, de certas cautelas doravante. O progresso impõe critérios. Vê-se em todos os setores da atividade econômica um febril processo de transformação que consolida, de modo promissor e definitivo, a inserção do nosso Estado como o segundo pólo do desenvolvimento brasileiro.

O crescimento real do nosso PIB, acima das expectativas, revela uma tendência para uma "performance" excepcional, superando a média nacional. A título de exemplo recente, é importante lembrar que fomos além dos três pontos percentuais nos últimos meses no crescimento globalizado, apesar das circunstâncias um tanto adversas.

É certo que tal realidade é produto de um plano de desenvolvimento integrado posto em prática de forma conjugada pelo Governo e pela classe empresarial. Esse plano está produzindo atrativos especiais e eficazes para os investidores. Também é certo que a partir de nossa nova realidade os investidores em potencial estão atentos e interessados na implementação de empresas no Estado.

Assim, é possível prognosticar que as metas do Governo do Dr. Eduardo Azeredo serão rigorosamente cumpridas e até superadas, tal o ritmo em que os fatos acontecem. Na forma de seu projeto econômico constataremos aqui um investimento da ordem de US\$8.000.000.000,00.

É o passo certo, firme, para nossa redenção econômica!

Inúmeras são as novas indústrias que estão se estabelecendo no Estado, enquanto outras acenam ávidas com a possibilidade da implantação em nosso território a curto e médio prazo. A razão disso não é apenas a situação geográfica privilegiada do Estado, localizado no centro do País, mas sobretudo o clima de paz, de respeito às instituições, resultado de um Governo sério, avesso à demagogia, comprometido em fazer do presente sólido alicerce para o futuro.

Os incentivos estão aí, na ordem legal, fortes, convincentes, enquanto na prática o desenvolvimento visível é motivo de puro otimismo.

Hoje eu não tenho a menor dúvida de que esse processo é irreversível e particularmente ascendente, pois está combinando harmoniosamente a nossa vocação e as nossas reservas - de todas as ordens - com as necessidades emergentes e a realidade do mundo moderno.

A nossa potencialidade, mais do que uma bandeira, é um lastro, é um aval tranqüilo para investimentos de retorno garantido e farto.

Há, porém, detalhes que merecem ser realçados com o propósito de equacionar uma distribuição eqüitativa da riqueza, sem ferir as prioridades, é óbvio, mas também sem permitir a perpetuação de bolsões de pobreza e ilhas de opulência dentro de um Estado de fato rico. Essa realidade foi um motivo inglório que nos colocou em situação de aparente desvantagem, como área subdesenvolvida, na última pesquisa econômica da ONU sobre o Brasil. E por quê? Exatamente em função da distribuição desarmoniosa, injusta e alienante dos bens que acionam a economia.

A harmonia, convenhamos, é fator fundamental do desenvolvimento. E é sob essa tônica que pretendo, desta tribuna, chamar a atenção do Poder Executivo e das forças vivas do Estado para o tratamento injusto que vem sendo dado a determinadas cidades e determinadas regiões de potencial semelhante. A injustiça, no caso, é paradoxal. Mal e bem nos lugares onde se concentram as indústrias e pior ainda para as comunas olvidadas.

Em síntese, a centralização acabará fazendo do Estado um corpo aleijado. Gordo de um lado, pando pelo progresso - motivo de euforia -, mas assoberbado de problemas sociais - razão de lamentos. Do outro lado, magérrimo, carente de recursos, o que agrava os conflitos sociais, que levam ao êxodo, ou pior, a um procedimento migratório nefasto às administrações.

Essas preocupações precisam ser consideradas, sob pena de se cometerem faltas clamorosas, erros inconsertáveis. E nesse processo de desenvolvimento, que deve de fato ser integrado, comete-se uma omissão com a região do vale do rio Doce, inequivocamente a partir da grande cidade de Governador Valadares, uma das mais expressivas de Minas.

É fácil concluir que à medida que Governador Valadares se desenvolva no diapasão que merece e espera, o processo se irradiará para toda região do vale, de maneira profícua e proveitosa.

Convenhamos, "a priori", que o fenômeno econômico deixado à mercê do acaso é lento, prejudicial, exaustivo, enquanto o processo de desenvolvimento industrial implica expedientes indutores indispensáveis quando se pretende imprimir um ritmo próprio e eficiente no modelo aplicado em outras regiões.

Governador Valadares não é somente a capital, de fato, do vale do rio Doce, mas uma das mais pujantes do Estado em termos de identidade com o porvir. Contudo, dentro do contexto em que vivemos, o tratamento com incentivos adequados ao desenvolvimento econômico local é uma necessidade de que a cidade, como qualquer outra de seu porte, não pode prescindir.

Há detalhes que não podem passar despercebidos. O crescimento populacional da cidade além do crescimento da oferta de empregos provoca migração do autóctone, mas os que saem não vão para outras regiões do Estado ou do País, vão para o exterior. E qual a razão disso? A sua gente tem a peculiar característica de identificar-se com os empreendimentos mais arrojados, mais avançados, de técnica mais moderna, o que nem sempre é encontrado por aqui. E isso, naturalmente, é também mais um motivo a aconselhar um cuidado mais especial com aquele povo altaneiro, consciente, que sabe muito bem o que deseja e não se contenta com a condição de desprezado caudatário.

Observe-se que, deixada a seu próprio destino, Valadares, mesmo assim, adquiriu o foro de cidade grande, com alguns recursos sofisticados, é claro, mas carecendo de outros e maiores incentivos reais, modernizados, para se inserir na realidade que reinará no século XXI. No momento, a cidade mais do que espera, ela clama pela canalização de recursos e investimentos compatíveis com sua grandeza.

É claro para todos, e volto a frisar, que o crescimento de Valadares é de tal proporção que o mercado de trabalho vem se saturando, já que não tem conseguido acompanhar a marcha do crescimento demográfico. Perdurando esse estado de coisas, em pouco tempo isso pode se transformar em gravíssimo problema socioeconômico, de difícil solução.

A promissora Valadares não merece ser levada para a miserabilidade!

Quero, neste pronunciamento, me referir especialmente ao elemento que tem sido, na prática, o carro-chefe da nossa economia, a indústria automobilística, que hoje, sem dúvida, vê em nosso Estado o principal centro de atração de investimentos no Brasil.

Os jornais e as revistas especializadas prevêm investimento no setor superiores a US\$6.000.000.000,00 nos próximos 3 anos, e grande parte desses recursos deverá ser aplicada em Minas.

Sabe-se que inúmeras são as empresas cujas negociações com o Governo do Estado estão em andamento: Peugeot, Iveco, Daf, Hyundai e outras.

É o momento de se perguntar com bastante propriedade: por que não premiar, com justiça, Governador Valadares, locando ali algumas dessas empresas projetadas para o Estado? Argumentos existem, às carradas, aconselhando a inserção da cidade nos planos de industrialização global do Estado.

Aliás, diga-se a bem da verdade, a experiência vivida no ABC paulista mostra que a

concentração de indústrias congêneres na mesma região - sejam as montadoras, sejam as fábricas de autopeças - é contraproducente e traz inúmeros fatores negativos em seu bojo. E não devemos repetir em Minas os vícios que criaram situações difíceis em outros locais.

Os próprios empresários, cientes disso, tendem para a descentralização, o que evitaria problemas que vão desde as pendências trabalhistas até as dificuldades para escoamento da produção.

Essa preocupação, como se apura nas revistas especializadas, é corrente nos Estados Unidos, na Europa e até mesmo no Japão, cuja exigüidade de território compulsoriamente aproxima as diversas localidades. Esse é um problema que se procura resolver com inteligência e objetividade.

Há, dessa forma, nos termos da tendência moderna e dominante, enormes e alvissareiras perspectivas para que Governador Valadares abrigue, com grandes vantagens, uma dessas novas fábricas de veículos automotores que devem ser implantadas no Estado. E essa é a idéia que aqui defendo.

O primeiro objetivo dessa proposta é assegurar um desenvolvimento sustentável, racional, sóbrio, naquela cidade e na região, já que a sua infra-estrutura é um ótimo alicerce para o modelo que pretendemos. Faço até mesmo um desafio: ofereçam uma oportunidade condigna a Governador Valadares, e ali estará, dentro de pouco tempo, uma cidade irradiando para uma vasta região uma economia e um patamar de vida dos mais altos do País.

A cidade, além de pólo econômico regional, é também um estratégico entroncamento necessário para diversas regiões do País, possuindo vias de acesso, por excelentes rodovias ou por ferrovia, para pontos importantes, permitindo o escoamento da produção.

Tem, inclusive, mais proximidade com o mar que a Capital, sendo, hoje, um caminho obrigatório para o porto de Vitória, de onde partem os produtos mineiros para o exterior. Da mesma forma, é rota obrigatória para o Norte-Nordeste brasileiro, com o qual tem íntima relação. E, também, à medida em que cresça sua economia regional, pode subsidiar ainda, de forma salutar, o desenvolvimento e a integração até mesmo da área do Jequitinhonha.

Na verdade, o argumento de que é indispensável a infra-estrutura de sustentação de autopeças nas imediações das montadoras não procede, e só mesmo o comodismo das idéias poderia aconselhar tal assertiva. A distância, isolada de outros fatores, por si só não onera, principalmente se compensada pelo transporte seguro e barato.

Em reportagem do "Jornal do Brasil" do dia 21/6/96, o Presidente do Sindipeças, Paulo Butori, alertava para a compra de empresas brasileiras pelas estrangeiras, o que não significa a desativação do parque industrial do setor, mas a sua modernização, tornando-o competitivo através da chamada economia de escala, que está ligada ao volume de produção e aos demais fatores a ele inerentes. E nesse caso se inclui, obviamente, a questão relativa à concentração inconveniente das fábricas numa determinada área.

Dizem, sim, os especialistas que há uma tendência das empresas na concentração de comando único, dentro do esquema idealizado pela indústria automobilística mundial, criando uma rede de fornecedores de peças. A concentração no sistema de produção de peças interdependentes deve acontecer simultaneamente e, nesse caso, por uma rede espalhada por vários pontos, onde o manufaturado possa sair a preço mais acessível. A integração indispensável é na assiduidade e na pontualidade do processo de fornecimento, garantindo a seqüência de produção.

O "consórcio modular", inventado por José Ignacio López de Arriortúa, da Volks, e já assimilado por outras empresas, leva, em outras palavras, os fornecedores de autopeças para dentro das fábricas, passando a se responsabilizar por conjuntos inteiros da linha de montagem. À montadora caberá unir peças; cada módulo da fábrica, operado por fornecedores, se encarrega da montagem de uma parte do veículo. É um sistema revolucionário que mostra amplas opções de como e onde instalar uma empresa do setor.

E a coisa tem tal significado que ainda agora, na semana passada, o Governo Federal, por decreto, estrategicamente aumentou a alíquota de importação de autopeças, o que é explicado pelo Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior, Frederico Alves, assim: "O objetivo da medida é buscar maior competitividade entre os vários setores da indústria automobilística, porque se chegou à conclusão de que as montadoras estavam exercendo poder demais sobre os fabricantes nacionais de autopeças e os fornecedores de produtos siderúrgicos".

Essa medida, inclusive, deve se refletir no mercado de trabalho. Dos 216 mil metalúrgicos empregados no setor, devemos ter 320 mil até o final do século, quase certamente, com a descentralização das fábricas.

Objetivando Governador Valadares como sede eventual de indústrias do setor, consideremos que vários componentes necessários aos veículos automotores, como carrocerias, cabines, chassis, eixos, rodas e motores, podem ter a matéria-prima

barateada pela proximidade da fonte, a partir da USIMINAS, em Ipatinga. Hoje, segundo consta, essa empresa já subsidia, direta ou indiretamente, as montadoras com 40%, em média, de sua produção.

A indústria automobilística é um exemplo eloqüente de uma revolução que está em curso no mundo da produção. Novas tecnologias, facilidade de comunicação, desenvolvimento da informática e escala global são realidades que recomendam a implementação de novas fábricas onde, além da rentabilidade, se possa suprir eficazmente o mercado produtor.

A instalação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora não ocorreu por acaso, é um sugestivo exemplo do "modus operandi" das empresas modernizadas.

E o lançamento dos chamados carros mundiais pelas montadoras é uma mudança sutil e de profunda significação porque a produção do mesmo modelo em diversos países representa inexorável corte de custos.

Quanto à mão-de-obra especificamente, Governador Valadares, por sua estrutura, por seu potencial humano, poderá fornecê-la de forma muito mais eficiente e competitiva do que cidades onde a concentração é motivo de desgaste. Isso não pode ser esquecido, é vital reconhecer.

Razões dessa natureza e dimensão levam-me a investir condição de paladino incondicional e convicto pela inclusão necessária, justa e oportuna da cidade de Governador Valadares nos planos de instalação de novas indústrias automobilísticas no Estado.

O tempo urge, e a grandeza dessa cidade é um trunfo que a história construiu e do qual a inteligência dos administradores mineiros e empresários há de reconhecer o mérito.

Faço um veemente apelo a S. Exa. o Governador Eduardo Azeredo, no sentido de aquinhoar Governador Valadares, por razões estratégicas e de justiça, com investimentos à altura de sua tradição e sua grandeza, particularmente no que tange à implantação de novas indústrias de veículos automotores.

É o que queremos, é o que desejamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 20/11/96

O Deputado Jorge Hannas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna prestar uma homenagem ao nosso colega Deputado Alberto Pinto Coelho pela brilhante exposição que fez a respeito da privatização da Vale do Rio Doce.

Entendemos que privatizar, com segurança e com acerto, determinadas estatais não causará prejuízo ao patrimônio do povo brasileiro. No entanto, a Vale do Rio Doce tem características especiais, pois ela é uma companhia que nasceu em Minas Gerais, fruto da inteligência do povo brasileiro, do seu trabalho, da sua garra, constituindo-se, sem dúvida nenhuma, na maior companhia mineradora do mundo. É uma companhia que dá lucro, que não traz nenhum prejuízo ao País. Pelo contrário, traz dividendos para o País, além de ter um amplo trabalho de ação social.

Pergunto: como é que Minas Gerais, onde nasceu o grande espírito nativista do passado, que encheu de glória suas tradições, pode, neste momento tão grave, se omitir de suas responsabilidades frente a um grande e terrível prejuízo que pode representar não só para nós, mas, também, para as gerações futuras, a entrega da Vale do Rio Doce a mãos estranhas aos verdadeiros interesses dos brasileiros?

Pergunto: "Como ficará a nossa geração diante das gerações futuras, se faltarmos com a consciência cívica em defesa do nosso patrimônio?"

Eu me remonto a gerações passadas, quando tantas pessoas, tantos vultos ilustres lutaram para defender aquilo que recebemos. Bem longe, nos lembramos do grito de angústia do Padre Antônio Vieira diante do Deus de sua fé, pedindo socorro para expulsar os invasores, porque de tanto amar esta terra ele a adotou como sua.

E os Inconfidentes, cuja saga brilhante tanto honra Minas Gerais, com tanto sofrimento e tanta dor causados pelo cárcere e pelo degredo? E a morte de Tiradentes, que - segundo as palavras do seu confessor, Frei Raimundo de Penaforte - tinha uma alma que causava espanto à própria natureza? O seu sacrifício não vale nada? Ele lutou pelas mesmas razões que somos obrigados a lutar hoje, ou seja, a defesa do subsolo brasileiro.

E Bárbara Heliadora, que representa a grande figura da mulher brasileira em defesa da Pátria que ela tanto amou? O seu patriotismo lhe causou muito sofrimento, fazendo com que ela tivesse uma velhice enlouquecida, andando trôpega pelas ruas coloniais da velha São João del-Rei.

E Pedro II, esse presente de Deus para os brasileiros, que levou para seu exílio um torrão da terra brasileira, para que sua cabeça descansasse no sono da eternidade sob aquela terra que ele tanto amou?

Podemos desprezar essas lições da história? Portanto, cabe a nós representantes do povo mineiro nesta Casa fazer com que o espírito de Minas seja cada vez mais vivo e mais eficiente na defesa do nosso patrimônio. Podemos nos omitir nesta hora?

Gostaria de fazer uma ligeira observação. Vamos privatizar a Vale. Quanto vale a

Vale? Esta é a grande pergunta. Quanto vale a Vale? Ninguém sabe, ninguém diz. Será que ela vale apenas US\$12.000.000.000,00? Ou será que ela vale US\$1.000.000.000.000,00? Quem sabe?

Uma outra questão é fundamental: nas mãos de quem ficará a Vale do Rio Doce? Será que os novos donos terão a consciência de defender os interesses dos brasileiros?

A questão da Vale é bem diferente, porque está ligada à alma da terra, ao subsolo rico e generoso da terra brasileira. Uma comparação: recentemente, os jornais publicaram uma pesquisa mostrando o valor de avaliações de algumas grandes companhias internacionais. A marca Coca-Cola vale, na análise feita, US\$100.000.000.000,00. Cem bilhões de dólares. Esse produto precisa de água, açúcar, essências misturadas. Será que, para a Coca-Cola, que vale US\$100.000.000.000,00, precisamos de oito companhias como a Vale do Rio Doce para chegarmos a US\$100.000.000.000,00 nos preços estipulados aí para a Vale? Será que a Vale só vale US\$12.000.000.000,00?

Creio que é um momento grave. Vivemos um momento solene, difícil, mas nós, mineiros, principalmente nós mineiros, não podemos faltar ao Brasil nesta hora. Temos que lutar com todas as nossas forças e energias para impedir esse negócio terrível contra os sagrados interesses do povo brasileiro.

O povo brasileiro é generoso e bom. A terra é rica. Devemos respeito a esse povo. O nosso amor à terra sagrada do País não nos permitirá concordar com a negociata que contraria frontalmente o mais sagrado interesse do povo brasileiro, que é o seu patrimônio. Esse patrimônio não pertence ao Governo atual; pertence ao povo brasileiro e para resguardo da sua própria integridade moral o Sr. Presidente da República está no dever de consultar esse povo, através de um plebiscito, se ele quer, ou não, vender a Vale do Rio Doce. É o mínimo que ele terá que fazer para respeitar o voto de confiança que nele depositamos nas urnas passadas. Isso, meus amigos, traz-me à consideração os malefícios do sistema presidencialista, onde um só homem, numa atitude solitária, toma decisões terríveis, sem dar satisfação a quem quer que seja. Isso faz com que o sistema presidencialista passe a ser um arremedo de democracia, porque votamos livremente, democraticamente, numa eleição para eleger os pequenos ditadores ou pequenos imperadores no seio da República, o que é um contra-senso.

Com respeito ao povo brasileiro, com o sagrado amor à nossa terra, vamos lutar, vamos criar a Carta de Minas, levada ao Presidente da República, ao Vice-Presidente, aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e, sobretudo, ao Clube Militar onde já existe um movimento sagrado contra a venda da Vale do Rio Doce.

Creio que cabe a todos nós, tomados da consciência do grave momento, lutar, com nossas forças e como representantes do povo mineiro lutar, mais do que nunca, para defender o valor da Vale, que não é de US\$12.000.000.000,00, mas de mais de US\$1.000.000.000.000,00.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Antes de mais nada, gostaria de fazer um registro pelo belíssimo e profundo discurso de V. Exa., que, no meu entender, é um grito de liberdade para convocar os representantes do povo em Minas Gerais a não se omitir diante desse crime que poderíamos chamar de lesa-pátria.

Vender a Vale, hoje - como V. Exa. bem registrou -, é uma traição aos ideários de liberdade, de independência, de autonomia e de autodeterminação do nosso País.

Então, gostaríamos de deixar bem claro que não causa surpresa essa intervenção de V. Exa., porque sabemos do seu profundo conhecimento, respeito e da defesa que faz dos interesses da nossa Pátria.

Queremos nos aliar, lembrando que, amanhã, esta Casa estará recebendo personalidades de todo o Brasil, que aqui vão se reunir para reforçar esse grito de defesa da Vale do Rio Doce, que é um grito de defesa do Brasil.

Parabéns! Pode contar com a nossa bancada, com o nosso apoio, pois também estamos nessa luta, nessa mesma certeza de que o movimento contra a privatização da Vale, que coloca a nu esses ditadores de plantão, vai mexer, real e profundamente, com a alma do nosso povo, especialmente com a alma do povo mineiro.

O Deputado Jorge Hannas - Muito obrigado pelo seu aparte. Agradeço as suas palavras encorajadoras.

Mas, reporto-me ao meu tempo de estudante, no Rio de Janeiro, quando participávamos de passeatas em defesa do petróleo. Lembrávamos sempre da figura de Monteiro Lobato, prestando uma homenagem também a Getúlio Vargas, que lutou bravamente pelo petróleo brasileiro.

E, hoje, para nossa felicidade, já estamos nos aproximando da meta de 1 milhão de barris-dia, produzidos pela PETROBRÁS, como um exemplo para o mundo do petróleo retirado de águas profundas do oceano.

Na ocasião, o geólogo americano que aqui compareceu para dar um laudo sobre a existência ou não de petróleo em território brasileiro disse, exatamente, o seguinte: a conformação geológica do território brasileiro não comporta a existência de petróleo. O desmentido está aí.

Vejam como há um jogo terrível de interesses. Precisamos colocar nas nossas cabeças:

não existe amizade entre as nações. O que há é um jogo de interesses.

Lembro-me, também, da grande defesa de Arthur Bernardes, um dos maiores patriotas que esse Brasil já teve. Quando, no pós-guerra imediato, apresentaram um convênio, sub-repticiamente, para ser analisado, que representava a internacionalização da Amazônia; este não se realizou por causa do grito que o então Deputado Arthur Bernardes, na época, deu na Câmara dos Deputados.

Hoje, existe uma coletânea dos seus discursos feita pela Imprensa Oficial. Em um deles, ele disse exatamente o que havia dito um Presidente dos Estados Unidos. Ele citou, inclusive, essa frase do Presidente dos Estados Unidos, que diz: "O país que dá concessões em seu território começa a perder a sua soberania. É por isso que os Estados Unidos da América do Norte não permitem concessões em seu subsolo." São palavras do Presidente dos Estados Unidos e são pedagógicas para nós. Precisamos aprender essa lição. Ela é muito importante.

Há pouco tempo faleceu Andrada Serpa, um dos grandes defensores do solo brasileiro. E, felizmente, ainda vivo entre nós está Aureliano Chaves, homem de dignidade, homem de postura correta, um patriota autêntico, que defende, com toda a garra, a manutenção da Vale do Rio Doce como patrimônio do povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaríamos de dar seqüência a esta discussão, que está na pauta nacional e com relação a qual não nos podemos omitir. À época da privatização da USIMINAS, todos os partidos desta Casa se posicionaram contrariamente à venda da empresa, e, agora, as conseqüências estão aí. Não houve dinheiro nenhum para investimento na área social, como apregoavam as propagandas do BNDES. Como se não bastasse, a mesma medida está sendo levada a um setor estratégico importante, que simboliza a soberania nacional e tem como maior representante a Companhia Vale do Rio Doce. Não podemos mais concordar com o crescimento do desemprego às custas de decisões de gabinetes, às custas de decisões que não envolvem a sociedade.

A estratégia do Governo Federal para privatizar estatais rentáveis deixa, a cada momento, mais perplexa a sociedade brasileira. A sanha privatista do BNDES, se não for contida pelos movimentos sociais organizados, pode colocar em risco a segurança nacional ao expor planos estratégicos de nossas empresas ao mercado internacional.

O que assistimos no processo irresponsável de privatização da Companhia Vale do Rio Doce é um verdadeiro crime contra o patrimônio público nacional. O Governo, ao sentir a forte resistência à entrega de mais essa estatal, adota métodos poucos convencionais, expondo às empresas concorrentes e ao mercado o banco de dados com as informações estratégicas da Companhia Vale do Rio Doce. Informações que foram acumuladas durante anos de experiência, de erros e acertos, de vultosos investimentos públicos.

Quanto a essa operação, não houve concordância da direção da empresa, apenas a iniciativa de um isolado grupo de bem remunerados burocratas do BNDES, que se julgam proprietários do patrimônio público brasileiro, sob o comando fisiológico de um Presidente da República que só pensa em sua reeleição.

Nosso partido, inclusive, através do Deputado Luiz Gushiken, do PT de São Paulo, impetrou ação cautelar que dá à Vale exclusividade para decidir o que pode ou não ser divulgado pelo BNDES. Chegamos ao cúmulo de recorrer à justiça para impedir que o Governo forneça informações confidenciais sobre uma empresa sob sua administração e responsabilidade. São tantos os desmandos que, mesmo não sendo a Vale privatizada, o Governo já teria conseguido colocar nas mãos de empresas multinacionais todo o plano estratégico dessa Companhia, além de abrir mais uma vez o mapa das potencialidades de nosso subsolo.

A disponibilização de informações, num mercado globalizado, é a arma que o mercado internacional necessitava para investir com segurança em nosso País e, em pouco tempo, conseguir, quem sabe, a falência de nossas estatais. Nem mesmo as empresas privadas, em ações de concordata ou falência, adotam este método para colocar à venda seus ativos. Mais uma vez, o Presidente da República renega o seu passado ao se voltar contra a Nação e os brasileiros. A máxima de que "o fim justifica os meios", como bem deveria saber o professor de Sociologia, conduziu a história a desmandos cujas marcas ainda não conseguimos apagar.

Não se trata também, como no caso de outras estatais privatizadas, como USIMINAS, ACESITA, AÇOMINAS, CSN, entre outras, de avaliar o preço da Vale do Rio Doce, com a justificativa medíocre de que o Governo deva priorizar investimentos nas áreas sociais. Até hoje, nenhum centavo das privatizações, se houve algum, foi destinado à área social. Nenhuma escola, nenhum hospital, nenhum abrigo, nenhuma estrada foi construída com recursos resultantes de privatizações do Governo.

A Vale do Rio Doce, além de lucrativa, domina alta tecnologia e está associada a várias outras empresas, todas rentáveis, é agente de estímulo ao desenvolvimento, tem posse e domínio de dezenas de minas que exploram vários tipos de metais e tem lucro estimado de mais de US\$1.000.000.000,00 por ano.

Opera em 9 Estados através de 14 grandes empresas e 28 outras coligadas. É a maior

empresa de minério de ferro do mundo, com nada menos do que 23% do mercado, e comporta reservas da ordem de 41.000.000.000t. É a empresa brasileira com mais conveniadas fora do País, operando em parceria com franceses, japoneses, italianos, espanhóis, sul-africanos, argentinos e coreanos.

Maior produtora de ouro da América Latina na região de Carajás, cujo projeto envolve nada menos do que 3 milhões de brasileiros, número equivalente a 2 vezes a população da Capital mineira. Atualmente, comercializa seus produtos em mais de 30 países, em 4 continentes, além de operar também no transporte ferroviário, através da estrada de ferro Carajás e Vitória-Minas; no transporte portuário, por Praia Mole, no Espírito Santo, Itaqui, no Maranhão, e Terminal Marítimo, em Sergipe; no transporte marítimo transoceânico, com 50 navios graneleiros da Docenava, que levam 30.000.000t de produto por ano.

Recentemente, a Vale descobriu uma nova jazida que pode chegar a 1.000t de ouro, em Igarapé-Baía, também no Estado do Pará, em Carajás.

Esse é um resumido perfil da estatal brasileira que o Governo quer entregar a um grupo de empresas multinacionais para que arranquem de nosso subsolo as riquezas naturais, tal qual os portugueses e espanhóis em séculos passados, deixando para nós brasileiros o convívio com a degradação de nossas matas e a miséria de nosso povo.

A tal prepotência e autoritarismo nunca se assistiu em nossa história, apenas sob o jugo dos reis portugueses, que espoliaram as nossas fontes naturais e responderam com violência à revolta de nossos mártires.

Não se pode admitir que, em nome de uma ideologia ou da perpetuação de um plano econômico, o Governo venha a subjugar interesses da Nação, fechando as portas ao clamor de uma sociedade cujos representantes são do quilate de entidades como a CNBB, a OAB, a CUT, ou de sindicatos e partidos políticos, ou são personalidades como Barbosa Lima Sobrinho, Dom Luciano de Almeida, Aureliano Chaves, Vitor Buaiz e tantos outros, além de inúmeros trabalhadores que lutam no anonimato para garantir o desenvolvimento deste País em que acreditam, que escolheram como sua terra e que querem transformar numa grande Nação.

Em outras épocas de cátedra, o próprio Presidente da República, em suas aulas de Sociologia ou de Política, conceituava atos dessa estirpe ao pensamento totalitário, cujas idéias propagaram o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Estamos vivendo um momento de transformação, em que se procura a civilidade através do respeito ao cidadão, às leis e à vontade popular. Estamos diante de um movimento organizado por meio do qual a sociedade civil clama por patriotismo do Governo, clama pela consciência nacional, implora pela manutenção da soberania nacional e da preservação de nossas riquezas, para que elas sejam exploradas não com intuito de enriquecer alguns, mas para que sejam divididas para o desenvolvimento do povo deste País.

O valor da Companhia Vale do Rio Doce é tão grande quanto a experiência acumulada nas últimas décadas. É maior que o investimento feito durante todos esses anos. Corresponde a inúmeras cidades onde a empresa opera, ajudando a desenvolvê-las e a cultivar a esperança de suas comunidades.

É hora de responder a esses desmandos. É hora de resgatar a vontade popular através de leis cidadãs, que nos protejam contra os governantes que elegemos e que se voltam contra a sociedade.

Temos que ter a coragem agora de nos contrapor à sanha privatizante do BNDES, para que depois não tenhamos que administrar a falência provocada por atos deliberados, deixando o rastro da ineficiência.

Não podemos assistir, impassíveis, ao repasse oficial de nossas jazidas ao controle de grandes conglomerados multinacionais, que passarão a explorá-las de forma selvagem, utilizando, outra vez, o trabalho de nosso povo e a experiência de inúmeros técnicos formados com recursos públicos.

Não podemos permitir que, descaradamente, um grupo de tecnocratas, cuja conduta passa a quilômetros de distância da ética, administre o patrimônio público nacional como se fosse sua propriedade exclusiva, desconhecendo a grita da sociedade, dos Poderes Legislativo e Judiciário, só porque os recursos oriundos dessa transação são indispensáveis para o êxito de um propósito individualista do Presidente da República.

A sociedade brasileira não pode e não vai pagar a conta da reeleição.

Este grito de alerta será ouvido além das fronteiras de nosso País. É Minas revoltosa de novo, apesar da omissão de seus Governos. Minas que não se conforma com a injustiça, que aprendeu com seus líderes a cultivar ideais e lutar pela democracia. É Minas que reclama o direito de nossos cidadãos de exercerem o seu direito natural de serem brasileiros e decidirem livremente o destino de nosso País e de nossas riquezas naturais. O Governo passa, mas o Brasil continua, e o queremos grande, desenvolvido, sem miséria, sem violência, com justiça social e paz.

Diante dessa violência contra o patrimônio nacional, cabe a nós deflagrar de novo um movimento de insurreição, pois está em risco a Nação e, portanto, a liberdade de todo

o povo brasileiro. Muito obrigado.

Gostaria de, neste final do nosso tempo, reafirmar que, amanhã, mais uma etapa na arrancada desse movimento estará acontecendo em Belo Horizonte: às 17 horas, na Casa do Jornalista, ocorrerá uma coletiva com as lideranças. Para o evento, estarão chegando o Senador José Eduardo Dutra, a Senadora Júnia Marise e o Brigadeiro Ivan Frota. Estarão presentes, também, as lideranças sindicais, as lideranças da Igreja, como Dom Luciano Mendes, Dom Mário Gurgel e Dom Lélis Lara, Bispo de Itabira. Enfim, estarão presentes todas aquelas pessoas que estão envolvidas nesse movimento, nessa luta para assegurar não só que não se privatize a Vale do Rio Doce, mas também que a maioria do povo brasileiro seja ouvida neste momento tão importante de decisão. Sendo assim, encerram-se as atividades amanhã, às 19h30min, no Teatro da Assembléia, com um grande ato em que se aglutinarão todas as forças em torno desse objetivo. Temos a certeza de que, se todos estivermos unidos, imbuídos desse objetivo, conseguiremos a vitória.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos ocupando a tribuna nesta tarde de hoje para também, como Líder do PPB, trazer a posição do nosso partido com relação à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Nosso partido tem procurado estudar esse assunto tão importante e relevante não só para Minas, mas também para o País, com a profundidade que ele merece.

Dessa forma, na medida em que a nossa Casa cria uma frente parlamentar contra a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, nós também vimos aqui externar a nossa posição contrária a essa privatização. Todos sabemos que, desde a origem da Cia. Vale do Rio Doce, conhecendo o potencial mineral do nosso Estado, a vida dessa companhia tem sido marcada por uma influência muito intensa de autoridades externas ao nosso País e de interesses comerciais que violentam a independência das Minas Gerais. Se, por um lado, o início da nossa Vale do Rio Doce tem a marca da tradição dos mineiros na defesa não apenas do ideal libertário do País, mas também da garantia da distribuição da nossa riqueza nacional, neste momento o que mais nos preocupa é, exatamente, a colocação da Cia. Vale do Rio Doce como uma empresa sem interesse específico na estratégia nacional. Nós, que conhecemos a origem e a história da Vale do Rio Doce e a ingerência, especialmente dos ingleses, na tentativa de dominar o potencial mineral do nosso Estado, desde a Itabira Iron e outras especulações que foram feitas na própria história de Minas Gerais, poderíamos invocar um filósofo inglês, especialista na grande matemática, que, em um momento muito feliz, nos ensinou: "Quem não pode expressar por um número algum dado do conhecimento, nada sabe a respeito do assunto". É o que hoje nos ocorre com relação à Cia. Vale do Rio Doce. O seu potencial, o sentido material do próprio significado da sua grandiosidade para o País e para o nosso Estado não pode hoje ser, definitivamente, avaliada por um número que significa o patrimônio da Vale do Rio Doce. Portanto, vamos externar, neste momento, não apenas a nossa solidariedade a esse movimento que, mais uma vez, nasce aqui, nas Minas Gerais, com figuras importantes não apenas do mundo político, mas também do mundo sindical e empresarial, e dizer que aqui desta tribuna teremos, certamente, mais um ponto importante para apresentar na defesa dos interesses do nosso Estado e do nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, profissionais da imprensa aqui presentes, senhores do auditório, em primeiro lugar, queremos fazer coro aos vários pronunciamentos feitos sobre essa novela de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Inicialmente, parabenizamos o Deputado Jorge Hannas pelo brilhante pronunciamento. Sentimos que o Deputado falou movido pela emoção e por profundo sentimento de patriotismo ao colocar-se frontalmente contra essa tentativa de abocanhar do povo brasileiro um de seus principais patrimônios.

Em nosso nome e em nome do PL, também nos colocamos a favor dos companheiros, não só do Deputado Jorge Hannas como dos Deputados Ivo José e Sebastião Helvécio, que falaram, acredito, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O triste dessa história é que sentimos que essa companhia, com unidades instaladas em grande parte no nosso Estado, está servindo de produto de barganha para o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje mesmo, a imprensa nacional coloca a Vale do Rio Doce como uma das condições para ter ou não ter, para passar ou não passar a medida de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E como fica a população brasileira nessa história toda? Acreditamos que o mais democrático, o mais sensato seria fazer um plebiscito junto ao povo brasileiro e junto aos Estados onde a Vale do Rio Doce tem a sua atuação. Se for levada adiante essa pretensão, da forma como está sendo colocada, não tenho dúvida alguma de que irá acontecer neste País um dos maiores movimentos populares dos últimos anos. O ensaio veio com a privatização de outras companhias de menor porte e de menor interesse, mas a Vale do Rio Doce, hoje, é unanimidade nacional.

Parabéns, Srs. Deputados; esta Casa não poderia deixar de encetar um movimento dessa natureza, dessa grandiosidade e, principalmente, por Deputados que conhecem o

problema e que têm o seu compromisso com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa de Montes Claros, nessas últimas duas semanas, tem levantado uma questão que nos leva a refletir. Das comissões parlamentares de inquérito que foram feitas aqui nesta Casa, algumas foram criadas para apurar fatos no Norte de Minas: a prostituição infantil, o trabalho escravo e a máfia do carvão. Com relação à prostituição infantil e ao trabalho escravo, a imprensa norte-mineira tem questionado a validade dessas comissões parlamentares e, principalmente, o resultado final dos relatórios do trabalho dos Deputados. Passo a expor o pensamento da imprensa montes-clarense, a defender esse pensamento, chamar a atenção dos Deputados e questionar, desta Casa, os critérios para a formação ou não de uma comissão parlamentar de inquérito. Formou-se a comissão para apurar a prostituição infantil no Norte de Minas; fez-se um verdadeiro rebuliço. A imprensa nacional divulgou, os fatos por meio da Rede Globo, da Manchete, e da Bandeirantes, bem como por meio dos jornais escritos de todo o País. Ficou parecendo que Montes Claros é a capital nacional da prostituição infantil. Hoje questiona-se quais as medidas a serem tomadas pelo Estado de Minas Gerais e pela União para evitar esse grave problema que assola a sociedade norte-mineira. E a imprensa de Montes Claros divulga que as coisas continuam exatamente como começaram. Não foi tomada nenhuma providência, nenhuma modificação se verificou. Hoje, notamos que a cidade de Montes Claros chama a atenção novamente: primeiramente pela inoperância da comissão parlamentar de inquérito formada por esta Casa e, depois, pelo acanhamento das medidas tomadas para coibir ou diminuir esse problema. Estamos observando crianças de 12 a 13 anos de idade, mocinhas que não entraram nem na puberdade, trocando seu corpo por um par de tênis, por uma calça "jeans", por um prato de comida.

Temos o nosso relatório. Tomamos a liberdade de divulgá-lo e enviá-lo a todas as Assembléias Legislativas deste País e à OAB. Tomamos a iniciativa de cobrar as medidas propostas pelo relatório da comissão parlamentar de inquérito.

A OAB fará uma reunião importante em Montes Claros, no dia 13 de dezembro, para discutir o tema da prostituição infantil em Montes Claros, o trabalho da Assembléia Legislativa e, principalmente, as medidas tomadas e as suas conseqüências para minimizar esse problema.

Isso nos leva a refletir, Sr. Presidente, porque volta e meia estamos sendo procurados para assinar documentos pedindo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito. A outra comissão parlamentar de inquérito questionada pela imprensa montes-clarense refere-se ao trabalho escravo, ao trabalho das crianças, dos adolescentes nas carvoarias do Norte de Minas Gerais. Tudo continua da mesma forma.

O Ministério do Trabalho, a partir de então, tem intensificado a fiscalização no Norte de Minas. Parece-me que essas fiscalizações são agendadas, porque, quando chega um médico do trabalho ou um fiscal, não se encontra ninguém nem irregularidades nas carvoarias. E nós sabemos que a situação continua do mesmo jeito. Isso nos leva a raciocinar; terei muitas dúvidas em colocar a minha assinatura num pedido de comissão parlamentar de inquérito feito aqui, nesta Casa, porque estamos fazendo papel de trouxa, de bobo. Estamos passando a impressão de querer trabalhar, apenas para a grande imprensa porque, na verdade, nenhuma atitude ou providência tem sido tomada, nada de prático tem sido feito.

Gostaria de fazer esse alerta à Presidência, para que ela tenha melhores critérios e possa fazer estudo antecipado do que pode ser feito, de quais são as nossas competências, até onde podemos ir, até onde podemos influir, independentemente de quais sejam os resultados do relatório de qualquer comissão parlamentar de inquérito.

O exemplo está lá em Montes Claros; as crianças estão nos postos de gasolina, nas rodovias, nas ruas, vendendo seus corpos e nós estamos aqui, hoje, sem saber com que cara enfrentamos a sociedade montes-clarense, pois, apesar do trabalho que foi feito e divulgado, nenhuma providência foi tomada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Saudamos o Presidente em exercício desta Casa, agradecendo os elogios a nossa pessoa. Senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, realizadas num ambiente de ajuste administrativo-financeiro do poder público, exigido pelo Plano Real, as eleições municipais deste ano transformaram os Governadores na "geração do sacrifício", como definiu apropriadamente, em Belo Horizonte, o Governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar.

Nessa "geração do sacrifício" se inclui o Governador de Minas, Eduardo Azeredo, que, embora tenha levado o PSDB à vitória em 209 municípios, não conseguiu fazer o Prefeito de Belo Horizonte, a exemplo do que aconteceu com os Governadores tucanos do Rio e de São Paulo.

O resultado na Capital, em verdade, deve ser avaliado dentro de um contexto mais amplo, de inúmeras variáveis. Para se estabelecer uma análise desapassionada, é preciso levar em conta, nos resultados das urnas, os aspectos políticos e econômicos, principalmente os que se referem aos ajustes requeridos pelo Plano Real. Esses ajustes, que exigem coragem e determinação dos governantes, ao lado das reformas que

tramitam no Congresso Nacional, são instrumentos fundamentais para o aprimoramento democrático. Não se pode ter regimes estáveis em ambiente inflacionário, e hoje temos a inflação sob controle, uma moeda estável e uma elevação do poder aquisitivo da população.

No campo político, os Governadores tiveram que enfrentar os atuais Prefeitos de Capitais que, em coligações com forças políticas muitas vezes inteiramente contrárias às reformas, se transformaram em arautos das insatisfações momentâneas das populações dos grandes centros brasileiros.

No campo econômico, os eleitores dos grandes centros julgaram o Governo sob o prisma das dificuldades do momento, embora os índices de aprovação do Plano Real, do Presidente Fernando Henrique e do Governador Eduardo Azeredo superem os 75% da opinião pública.

Torna-se importante lembrar que tanto o Presidente Fernando Henrique como o Governador Eduardo Azeredo administram sem demagogia, conscientes da necessidade de uma redução do tamanho do Estado, da diminuição da presença estatal na sociedade e da impossibilidade de o poder público proporcionar aumentos salariais para o funcionalismo.

Importante, após a realização das eleições municipais, é fazer uma análise global do resultado político de cada partido. Em Minas, o PSDB foi o partido que mais cresceu. Com apenas 60 Prefeituras conquistadas nas eleições de 92, ele agora passa a controlar 209 municípios, sem contar centenas de outros onde saiu vitorioso, em coligação, ou através de apoio. Soma-se a esses ganhos políticos uma bancada expressiva na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal.

Assim, o PSDB, que detém hoje o Governo dos principais Estados, entre eles Minas Gerais, é, no caso mineiro, a primeira força política. Aqui ele suplanta legendas tradicionalmente fortes como PMDB e PFL, que tiveram perda de mando político em vários municípios.

Se traçada uma comparação entre o pleito de 92 e o deste ano, o PSDB mineiro cresceu nada mais nada menos que 253%, tornando-se, dessa forma, o grande vitorioso.

No campo federal, mesmo pagando o preço de uma política econômica corajosa exigida pelo Plano Real, o PSDB, em menos de oito anos de existência, passa a ocupar a posição de terceira força política do País. Para se chegar a esse resultado, justiça seja feita: Minas teve uma importância fundamental.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, apresentamos a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição Estadual que modifica a estruturação do Poder Judiciário em Minas Gerais. Hoje, o que a população espera do Poder Judiciário é que tenha agilidade e que pratique justiça. O que estamos constatando é que esses dois objetivos básicos acabam não se realizando. Primeiro, pelo que é a estrutura do Poder Judiciário no Brasil, hoje. A morosidade prejudica, atrapalha e atrasa cada vez mais a prática da justiça como uma função primordial do Estado.

Segundo, muitas vezes, pelos grandes interesses que acabam condicionando uma parcela significativa da Justiça. Enquanto legisladores, devemos atuar para que esses dois problemas sejam resolvidos e caminhemos para uma solução.

A emenda que apresentamos procura atender à primeira questão. Estamos propondo que se extinga, em Minas Gerais, o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça Militar. A nossa compreensão é que, havendo um Poder Judiciário de segunda instância unificado, ele poderá agilizar, e muito, as suas decisões. Hoje, só cinco Estados do Brasil possuem essa duplicidade de competência entre Alçada e Justiça: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. De alguma forma, acaba-se, tendo em quase todos os cinco Estados, um tribunal que é o tarefeiro, que agiliza algumas ações e que trata das chamadas causas não nobres, e outro em que a morosidade, a lentidão é a marca.

Ao propormos essa unificação, estamos garantindo, primeiro, os caminhos para uma agilidade maior da Justiça, e, segundo, uma economia, porque, hoje, a duplicidade de secretarias e de estruturas torna caro para a população o Poder Judiciário, que, além de tudo, muitas vezes não é eficiente.

Gostaríamos também de esclarecer que a emenda que apresentamos, tendo por objetivo a unificação da Alçada com a Justiça, conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme manifesto que anexamos, com o apoio dos cinco Tribunais de Alçada, do Ministério Público e, hoje, das figuras mais representativas do Direito.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Quero parabenizar o Deputado pelo seu pronunciamento e pela iniciativa de promover a união desses poderes. Só solicitei esse aparte para lembrar uma coisa muito importante. Li, recentemente, um comentário do Pe. Antônio Vieira a respeito do Livro de Levítico, da lei de Deus, em que ele diz que, antigamente, o Poder Judiciário, os tribunais ficavam à porta das cidades, para julgar imediatamente as causas do povo. No Brasil, infelizmente, as cidades ficam à porta dos tribunais, porque a morosidade, a demora da aplicação da lei em nosso País é inaceitável não somente para o Poder Judiciário, mas para todo brasileiro. É a minha participação. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Agradeço o precioso aparte do colega, mas gostaria de dizer que, hoje, muitos juristas apóiam essa unificação, porque, dessa forma, não se terá no Poder Judiciário um Olimpo e, lá embaixo, o povo, a plebe, para ser atendido por esses quase semideuses. Vamos solicitar dos Deputados agilidade para essa emenda. Gostaria, ainda, de registrar que somente três Estados do Brasil possuem Tribunal de Justiça Militar, em nível de segunda instância: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Hoje, mais do que nunca, não se justifica a existência nem a necessidade de um tribunal militar de segunda instância, que acaba sendo inoperante, ocioso, pois a maioria das decisões, cerca de 80% delas, são definidas em primeira instância, por intermédio das auditorias, dos Conselhos Militares. E há mais ainda. Com a reformulação levada a efeito, a partir da Lei Hélio Bicudo, no Congresso Nacional, várias competências, que antes eram da Justiça Militar, passaram para a justiça comum. O grande anseio da sociedade é a própria extinção da Justiça Militar, o que não poderíamos fazer porque estaríamos entrando numa competência específica, própria da Constituição ou do congressista federal. Dessa forma, propomos a extinção do tribunal ao nível de segunda instância. A competência para julgar crimes militares de segunda instância, como nos outros Estados do Brasil, passaria a ser de uma câmara especial do próprio Tribunal de Justiça. Seria muito mais econômico.

Vamos promover, nesta Casa, debates a esse respeito, vamos trazer os interessados na questão. Traremos a própria sociedade a fim de podermos, como legisladores, contribuir para que tenhamos uma Justiça mais eficiente e rápida, que atenda aos anseios dos cidadãos e das cidadãs do nosso Estado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, vimos aqui, mais uma vez, para manifestar nosso repúdio a uma posição tomada pela Secretaria da Saúde. O pedido está sendo feito por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes - CISVER -. Os municípios que o integram manifestam seu profundo descontentamento com a Secretaria da Saúde, cuja atitude, relativa a repasses de recursos tem prejudicado seu funcionamento.

Cabe mencionar que, enfrentando a grave crise que se instalou na saúde de nosso País, o CISVER firmou, em agosto deste ano, convênio com a Secretaria da Saúde para recebimento de verba destinada ao custeio de suas atividades e à ampliação de seu atendimento. Pois bem, passados três meses, nem um centavo sequer foi repassado para o CISVER.

Há que se recordar que compõem o referido consórcio de saúde os municípios de Resende Costa, Itutinga, Conceição da Barra de Minas, Lagoa Dourada, Prados, São Tiago, Tiradentes, Madre de Deus de Minas, Coronel Xavier Chaves, Piedade do Rio Grande e Ritópolis, todos carentes em termos de recursos na área da saúde, razão pela qual se encontram unidos em busca de uma solução comum, a partir de projetos que contemplem toda sua região, projetos esses que passam, certamente, pelo apoio do Ministério e da Secretaria da Saúde.

Lembre-se, outrossim, que até o momento o CISVER não obteve qualquer benefício do Governo Estadual. Lembramos que, a partir de um exemplo concreto, a pseudopolítica adotada pelo atual Governo para a saúde, propagando em toda a imprensa seu apoio aos consórcios intermunicipais de saúde, nem sequer cumpre os compromissos que assume nessa área. Aliás, segundo informações que nos chegam, o caso das Vertentes não é o único que demonstra a inadimplência do Governo.

Salientamos, nesse ponto, que desde o ano passado, por meio do Requerimento nº 491/95, aprovado nesta Casa, já temos buscado, de forma mais contundente, distinguir entre o que há de fato e o que não passa de demagogia no espectro da retórica de um governo que realmente não tem a devida preocupação com a saúde de seu povo. Indagamos, na ocasião, o montante de recursos já repassados aos consórcios de saúde existentes no Estado, bem como se tal liberação de verbas vinha seguindo a lei estadual que disciplina tal matéria, quanto ao que também temos nossas dúvidas. Até o momento não obtivemos qualquer resposta.

Confrontando esse quadro de desprezo com as necessitadas cidades do interior do Estado - segundo o Sr. Secretário Rafael Guerra, a proposta de orçamento para a saúde em 1997 é bastante satisfatória - vem-nos, mais uma vez, a dúvida. Desejamos que a convicção do eminente Secretário se traduza em atos; que se projete na realidade, de forma clara e concreta, o apoio do Governo Estadual aos consórcios intermunicipais de saúde e às demais urgências existentes nesse campo fundamental. Contudo, ante o que vimos até o momento, duvidamos que tais intenções se realizem.

Não podemos deixar de mencionar também, registrando nosso protesto indignado, a forma eleitoreira pela qual o Sr. Secretário da Saúde distribuiu verbas no período pré-eleitoral. A par de outras denúncias que ouvimos, podemos mencionar pelo menos um caso concreto em que S. Exa. faltou com o devido respeito à moralidade pública. Em Governador Valadares, o Sr. Secretário Rafael Guerra subiu ao palanque do candidato do PSDB naquela cidade, Dr. Ruy Moreira, atual Presidente do Cardiominas, e repassou um cheque de R\$200.000,00 a um hospital privado daquela localidade, o Hospital

Evangélico, que realmente presta inestimáveis serviços à população valadarense, mas o fato revela um infeliz contra-senso, quando vemos o Hospital Público de Governador Valadares parcialmente fechado. Seu pronto-socorro já não atende mais ninguém; necessita urgentemente de recursos para suprir a demanda da população carente da região.

Fica registrada, portanto, nossa solidariedade ao Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e aproveitar este momento para dizer o seguinte a respeito do Hospital Evangélico de Valadares: é um dos melhores hospitais que aquela região tem, não só em higiene e assepsia. Legou um exemplo para todas as Prefeituras do Estado de Minas Gerais - eu diria, até endossando um projeto nosso - devido ao sistema de tratamento de águas e esgoto que possui. Foi feita uma análise da água que sai do esgoto do Hospital Evangélico, depois da instalação dessa estação de tratamento, e ela está de acordo com os mais altos padrões ambientalistas do mundo inteiro. Se o Hospital pode fazer isso, por que a COPASA não pode, para despoluir os nossos rios? Porque é a maior poluidora de rios. Só aproveitei para fazer um aparte porque V. Exa. citou o Hospital Evangélico, que, diga-se de passagem, é uma das obras sociais mais expressivas de nosso Estado.

O Deputado Marcos Helênio - Deputado Raul Lima Neto, quero concordar plenamente. Nós conhecemos o Hospital Evangélico, que é muito sério. Os Deputados João Leite e Antônio Genaro também o conhecem. É uma entidade que presta grandes serviços, com uma diretoria muito séria. Já liberamos verbas para ele. Estamos questionando a forma como o Secretário foi fazer a doação em palanque, deixando o hospital público sem a mínima condição de funcionamento.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Todas as vezes que V. Exa. se pronuncia, sempre estamos entre as pessoas que ficam atentas às suas palavras, tal a seriedade e profundidade dos temas.

Mas, como integrante e Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, e na presença de outros companheiros, como os Deputados Marco Régis, Luiz Antônio Zanto, Jorge Eduardo e Jorge Hannas, quero dizer que conhecemos profundamente a ética e a seriedade do Secretário José Rafael Guerra. Não estou questionando a forma nem duvidando do pronunciamento de V. Exa., mas é necessário que se faça um estudo da destinação desses recursos, averiguando se foram entregues antes das eleições. Se, realmente, S. Exa. fez essa entrega no palanque, em praça pública, nós também não podemos concordar com sua atitude, embora o conhecimento que temos do Secretário Rafael Guerra seja o mais ético possível. Basta que se compare o ex-Secretário da Saúde com o atual. O Guerra tem feito uma política de saúde, nunca uma política na saúde, como foi feito em passado recente. Temos que apurar a questão. Nós mesmos vamos tomar a iniciativa de procurá-lo para questioná-lo, porque até então, para nós, trata-se de uma surpresa que isso tenha ocorrido, tal é a integridade, a ética e o respeito que o Secretário Guerra demonstra no comando da saúde da sociedade mineira. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Agradecemos o aparte do Deputado Carlos Pimenta, lembrando que compreendemos e respeitamos o Secretário Rafael Guerra. A forma como foi dada a verba - que não sei se foi por meio da Assembléia ou do orçamento do Estado - é que precisamos saber. No mais, endossamos a idéia de que o Secretário possui grande probidade. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo, para um aparte.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Companheiro e colega do partido Deputado Marcos Helênio, aproveito o final de sua fala para fazer um registro. Mas, antes, não perdendo de vista o debate, quero dizer que o problema do Secretário da Saúde é que S. Exa. está em campanha para Deputado Federal e, muitas vezes, algumas coisas são atropeladas. Mas isso é outra questão.

Gostaria de registrar que hoje estive com o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e com o Deputado Ivo José, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, na Vila Itaú, para discutir o grave problema dos riscos que estão causando à população, em função dos problemas das enchentes, as obras do PROSAN. Felizmente estivemos lá hoje, num dia de chuva, quando pudemos assistir de perto à situação de famílias que estão vivendo em área de risco e observar casas com ameaça de cair. Assistimos, também, a algumas famílias que já estão desalojadas de suas casas. Vimos, com olhos de observadores atentos, que existe essa situação causada pelas obras do PROSAN. Lá estavam o Secretário Adjunto de Obras, o Sr. Melo Azevedo, e representantes da COPASA e da Prefeitura Municipal de Contagem. Gostaríamos de registrar que, a nosso requerimento, a Comissão esteve naquela vila, com a presença dos moradores e da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, e chegamos a um consenso, um acordo. Diante da população, sensível à questão do problema, o Secretário assumiu o aluguel de cerca de 30 casas para as famílias que estão em áreas de risco. O Estado assumirá o aluguel dessas casas até a conclusão das obras do PROSAN e, também, após um laudo definitivo sobre a recuperação das casas que, evidentemente, será de responsabilidade dos poderes públicos

envolvidos. Aproveito este aparte na bela intervenção de V. Exa., que de forma própria traz a situação de Governador Valadares e da região do consórcio de saúde, para mostrar que as condições de moradia dos habitantes da Vila Itaú, em Contagem, são questões que também dizem respeito à saúde. Feito esse registro público, agradeço o aparte de V. Exa.

O Deputado Marcos Helênio - Agradeço o aparte de V. Exa. e o parabenizamos pela intervenção em relação ao PROSAN. Agradecemos, ainda, as intervenções dos Deputados Ivo José e Durval Ângelo. Parece que, com as providências que o Estado está tomando, a questão está sendo sanada.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Gostaria de agradecer ao Deputado Marcos Helênio e ao Presidente em exercício, Deputado Ermano Batista.

Deputado Marcos Helênio, concordo com V. Exa. sobre a importância estratégica do Hospital Evangélico para a saúde da população de Governador Valadares e de toda aquela região, pois trata-se do único hospital que oferece tratamento para os casos graves de câncer. Por isso, creio que é importante a participação, o apoio financeiro do Estado para o Hospital Evangélico. Lamento a situação por que passa o Hospital Municipal de Governador Valadares e concordo com V. Exa. sobre a importância dele.

Aproveitando este aparte, gostaria de manifestar a minha alegria em relação à sensibilidade social do Secretário-Adjunto de Obras do Estado, Celso Azevedo Furtado, que esteve conosco, hoje, durante a visita à Vila Itaú, juntamente com os Deputados Durval Ângelo e Ivo José, da Comissão de Meio Ambiente, além da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, garantindo, não um galpão ou um lugar para juntar famílias, mas moradias individuais, até que passe o perigo causado pelas obras do PROSAN. Portanto, ficamos muito satisfeitos com a solução dada à grave questão de urgência na Vila Itaú. Gostaria de agradecer a V. Exa., Deputado Marcos Helênio, e ao Presidente, Deputado Ermano Batista, a oportunidade deste aparte. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, gostaria de solicitar apenas 30 segundos para lembrar o pedido feito inicialmente aos Deputados que atuam nas vertentes, pois estão cobrando o repasse para o consórcio de saúde nos seguintes Municípios: Resende Costa, Itutinga, Conceição da Barra de Minas, Lagoa Dourada, Prados, São Tiago, Tiradentes, Madre de Deus de Minas, Coronel Xavier Chaves e Piedade do Rio Grande. Portanto, os Deputados representantes daquelas regiões devem ficar atentos.

Com relação ao Hospital Evangélico, gostaríamos de dizer que estamos de pleno acordo, pois trata-se de um trabalho muito sério. No entanto, discordamos apenas da forma usada pelo Secretário, que foi uma forma eleitoreira. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente à votação do Requerimento nº 1.555/96, do Deputado José Bonifácio, colega cuja trajetória conhecemos. Em que pese às nossas divergências ideológicas, é ele um Deputado sempre presente e atuante nesta Assembléia Legislativa. Acredito que não podemos deixar passar em branco o requerimento do Deputado José Bonifácio, porque ele solicita à Corregedoria-Geral de Justiça informações sobre cobrança de taxas e emolumentos.

Somos leigos em matéria de justiça, uma vez que somos da área da saúde. Há muitos anos, porém, temos tido reclamações da Justiça sobre escorchantes e abusivas taxas e emolumentos cobrados pelos cartórios. Sabemos que, recentemente, houve denúncia da imprensa mineira sobre esse fato. Alguns cartórios recuaram e estão cobrando taxas e emolumentos de acordo com tabelas disciplinadas pela Justiça, mas há outros que persistem na cobrança de preços abusivos, praticando tabelas piratas. Sabemos que há cartórios cobrando, por certidões de casamento, até 200% a mais do que o fixado na tabela. Nós atuamos na área da saúde, permanentemente denunciada na imprensa sobre cobranças abusivas e outras distorções, e não gostaríamos que a Justiça ficasse intocável em seus procedimentos. Achamos que a Justiça também tem que ser tocada em suas feridas, e essa é uma delas. Não podemos permitir que certos setores da sociedade permaneçam encobertos por uma redoma.

Assistimos a uma reportagem na televisão, domingo, no "Fantástico", quando um Juiz de Direito denunciou jovens adolescentes de uma cidade do interior paulista, de cujo nome não me recordo, porque ele, recém-chegado à cidade, tropeçou na rua e, ao cair, ouviu chacotas e risos das adolescentes. O Promotor de Justiça, acobertando uma atitude hilária desse Juiz de Direito, acolheu a denúncia contra essas adolescentes. Achamos que este é o momento oportuno para que falemos que essas taxas e esses emolumentos são abusivos e que o Deputado José Bonifácio tem inteira razão de pedir essas informações. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PT decidiu votar favoravelmente a esse projeto, por alguns entendimentos.

O primeiro deles é que, de forma criativa, se resolve de imediato uma pendência judicial com a FIAT, fazendo com que, num primeiro momento, até o ano 2003, esse dinheiro seja reinvestido no processo de "mineirização" da empresa, criando empregos e aumentando a arrecadação do Estado.

A outra questão é que, hoje, a Região Metropolitana de Belo Horizonte vive um grave problema de desemprego, e sabemos que a maioria das fornecedoras da FIAT na área de autopeças estão se instalando em Betim, Igarapé, Vespasiano, Contagem e Belo Horizonte. Estaremos resolvendo ou amenizando esse problema.

A terceira questão é que apresentamos emendas que garantem a aplicação dos recursos no setor de autopeças e garantem uma parceria com o BDMG para a fiscalização do fundo, com a fiscalização final feita pelo próprio Tribunal de Contas do Estado. Assim, decidimos votar favoravelmente ao projeto.

A nossa compreensão é que esse projeto tem uma diferença enorme em relação ao da Paraibuna, que criticamos, porque foi uma isenção, pura e simples, pois o Estado renunciou a sua arrecadação, inclusive indo de encontro a decisão de 1ª instância, que dava ganho de causa ao Estado.

Hoje, o que vemos, depois daquele acordo com a Paraibuna, é que a empresa se encontra nas mesmas dificuldades de antes, podendo até fechar, sendo que o Estado só ajudou a enxugar as dívidas da empresa, que são tributárias, das mais sérias.

Então, acho que esse projeto traz, de alguma forma, essas preocupações. Por isso, estamos votando favoravelmente a ele, tendo a certeza de que não está havendo renúncia por parte do Estado. E mais ainda: acreditamos que o Estado tem que ter um papel importante no processo de geração de emprego, de intervenção mais direta na economia, diferentemente daqueles que defendem as teses neoliberais e que, de alguma forma, acabam sendo contraditórios com o próprio projeto que está sendo discutido. Mas a contradição não é nossa, é do Governo.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupamos a tribuna, nesta tarde, no Grande Expediente, porque, como negro, hoje, quando a comunidade negra comemora o dia nacional da comunidade negra, por ser o dia em que morreu Zumbi, a maior liderança negra deste País, não poderíamos deixar de nos pronunciar para ressaltar a luta que se trava não só em nosso Estado, mas em todo o País, no sentido de termos uma modificação da consciência dos negros, dos brancos e dos amarelos.

A imortalidade de Zumbi dos Palmares

O líder máximo da República dos Palmares, a maior comunidade de negros fugitivos da história das Américas, se transformou num verdadeiro mito para o povo negro. Hoje, 20 de novembro, celebra-se o Dia da Consciência Negra. Trezentos e um anos após sua morte, Zumbi é visto como o símbolo da luta pela liberdade do povo negro e de todos os oprimidos.

Palmares, o mais importante quilombo, contava em 1678 uma população superior a 20 mil pessoas. Ir para Palmares era a meta de todos, negros, índios e até brancos que procuravam escapar à rígida estrutura colonial. Nos engenhos e nas senzalas, Palmares era o sinônimo da terra prometida, e Zumbi, considerado imortal, era visto como seu guardião.

A Coroa portuguesa sentindo-se fisicamente ameaçada na região mais rica da colônia, as terras pernambucas, deu ordens para que o Quilombo fosse destruído. Foram ao todo 16 expedições oficiais, tendo quinze delas fracassado. As montanhas pareciam intransponíveis, e o exército de Palmares era competente, apesar de carente em armas e munições. Sob comando de Domingos Jorge Velho, bandeirante famoso por sua ferocidade na caça aos índios e líder de uma tropa de renegados, Palmares caiu, e Zumbi acabou sendo morto em 20/11/1695.

Passados três séculos da morte de Zumbi e do fim da República dos Palmares, o povo negro ainda enfrenta em todo o mundo o preconceito e as conseqüências da escravidão.

O Brasil é a segunda maior Nação negra do mundo. Os negros representam cerca de 50% da população; mais, estima-se que cerca de 70% dos excluídos sociais sejam negros. A consciência negra tem crescido nesses últimos anos, especialmente no ano passado, quando todo o País comemorou os 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares. O chamado racismo cordial, mascarado pela noção de democracia racial no Brasil, precisa ser combatido, para que o povo negro tome consciência de sua situação e seja agente de sua própria história.

Precisamos também lembrar dos nossos irmãos africanos, que, vítimas da globalização excludente e perversa, amargam hoje, em nações como o Zaire, Ruanda, Angola e outras, o pesadelo da guerra civil, da fome e da miséria que assombram o mundo e demonstram que pouco valem as conquistas tecnológicas enquanto existirem tragédias semelhantes.

Queremos deixar registrado, nesse 20 de novembro, que estaremos, como todos os negros, batalhando, neste País, para que possamos acabar com o dia 13 de maio como sendo o dia da libertação dos escravos. E, esperamos ver, ainda, neste País, essa modificação, e que o dia 20 de novembro seja, de fato, o dia nacional em que todos os negros possam ter um dia de reflexão. E que não só os negros, mas os índios e os brancos também possam refletir sobre o seu papel, e que possamos ter a liberdade de garantir o direito de a nossa história ser preservada e, ao mesmo tempo, ser trabalhada e ensinada, e não modificada e mascarada como, infelizmente, ainda ocorre neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/11/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.305, de 1996, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

nomeando Cristina Campos de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 126/96 - Objeto: aquisição de diversos materiais elétricos. Licitantes vencedoras: Orta Telecomunicações Ltda., M.C.A. Controles e Automação Ltda., Eletro Ferragens Araguari Ltda., Indaiá Com. e Representações Ltda., Loja Elétrica Ltda., ETL Eletricidade Técnica e Comercial Ltda. Convite nº 131/96 - Objeto: etiquetas auto-adesivas, fitas e cartuchos de tinta para impressora. Licitantes vencedoras: RB Informática Ltda., Telexpel Papéis Teleinformática Ltda., Copiadora Brasileira Material de Engenharia Comércio e Importação Ltda.

Extrato de Convênio

Termos de convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio N° 02387 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associação Comun. Moradores Pavao - Pavao.

Deputado: Kemil Kumaira.

Convênio N° 02388 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associação Livre Apoio Excepcional - Juiz Fora.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio N° 02395 - Valor: R\$7.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Morro Garca - Morro Garca.

Deputado: Wanderley Avila.

Convênio N° 02397 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Obras Comun. Assistenciais Menino Jesus - Pouso Alegre.

Deputado: Miguel Barbosa.

Convênio N° 02398 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Padre Adalberto - Sao Miguel Anta.

Deputado: Carlos Murta.

Convênio N° 02400 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Aliado Futebol Clube - Santana Montes.

Deputado: Arnaldo Penna.

Convênio N° 02401 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Jose Gomes Vasconcelos - Caratinga.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio N° 02402 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associação Proteção Maternidade Infancia Velhice Betim - Betim.

Deputado: Almir Cardoso.

Convênio N° 02403 - Valor: R\$5.270,00.

Entidade: Associação Produtores Aldeia Cima - Paracatu.

Deputado: Almir Cardoso.

Convênio N° 02404 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Creche Comun. Maria Floripes - Belo Horizonte.

Deputado: Ivo Jose.

Convênio N° 02405 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associação Comun. Vila Risonha Sao Romao - Sao Romao.

Deputado: Arnaldo Penna.

Convênio N° 02412 - Valor: R\$14.724,47.

Entidade: Centro Apoio Cultural Educacional Sul-mineiro - Muzambinho.
Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.
